UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História - HIS
Monografia de Conclusão - Curso de Graduação
Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

Meio-Quilo, o rei do Jacarezinho: O banditismo no Rio de Janeiro e o surgimento do Comando Vermelho (1960-1987)

LUIZ FERNANDO DE ARAUJO TORRES

Brasília
2018

LUIZ FERNANDO DE ARAUJO TORRES

Meio-Quilo, o rei do Jacarezinho: O banditismo no Rio de Janeiro e o surgimento do Comando Vermelho (1960-1987)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em história.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília
2018

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em história, aprovado no dia 27 de novembro de 2018 pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª. Dr. Mateus Gamba Torres – Orientador
Departamento de História da UnB.

Prof.ª. Dra. Lea Maria Carrer Iamashita – Membro Interno
Departamento de História da UnB.

Prof.ª. Dra. Ione de Fátima Oliveira – Membro Interno
Departamento de História da UnB.

Dedico a todo jovem da periferia que, assim como eu, ousa sonhar, que rejeita os papéis sociais pré-estabelecidos por essa sociedade injusta e desigual e através do estudo concebe um novo sentido às suas vidas.

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível”
(RACIONAIS MC’S)

RESUMO

Esta pesquisa aborda o fenômeno social do banditismo e suas implicações no Rio de Janeiro entre 1960 e 1987. Mais precisamente a história de Paulo Roberto de Moura Lima, popularmente conhecido como Meio-Quilo, membro do Comando Vermelho que liderou a venda de droga atacadista na favela do Jacarezinho em 1983 até a sua morte, em 1987. Ao morrer, Meio-Quilo deixou uma favela de luto, que lhe descreveu como "líder, protetor e ídolo", além da filha do Vice-Governador do Rio de Janeiro, Maria Paula Amaral, com quem mantinha uma relação amorosa. Seu enterro teve a presença de 3.000 pessoas. Paulo Roberto foi homenageado também na Câmara Municipal por um vereador, que lhe comparou a Marighella e Wladimir Herzog. Foi objetivo dessa pesquisa entender como um traficante condenado a 360 anos de prisão pôde ter sido tão querido a esse ponto.

PALAVRAS-CHAVE: Banditismo, Comando Vermelho, Meio-Quilo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8

1 O BANDITISMO NO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DO COMANDO VERMELHO.....15

1.1 O COMANDO VEMELHO.....18

1.2 O CALDEIRÃO DO DIABO.....21

1.3 A RESISTÊNCIA À DITADURA E A LSN.....24

1.4 DO CONFINAMENTO COMPARTILHADO SURGEM VERSÕES, COMANDOS TALVEZ 27

1.5 UNIDOS PELO SOFRIMENTO.....34

1.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMANDO VERMELHO.....39

2 MEIO-QUILO E O ASSISTENCIALISMO NA FAVELA.....42

2.1 PAULO.....42

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MEIO-QUILO.....50

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 52

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 55

INTRODUÇÃO

Um dos pioneiros a desbravar as pesquisas a respeito dos bandidos no campo historiográfico foi Eric Hobsbawm, que após alguns capítulos e reflexões sobre o tema, por fim, acabou dedicando um livro inteiro a esta temática, *Bandidos.*(HOBSBAWM, 1975).

É neste trabalho que o autor categoriza o banditismo social, e o analisa nos locais assim como, nas formas em que se manifestou. Nega-se a visão, até então, predominante de meros infratores das leis estabelecidas, e empreende esforço para compreender o fenômeno em seus detalhes e nuances. Ainda que o Estado e/ou Regime que os governa tenham esta visão tipificada; tais homens seguem como agentes atuantes em suas sociedades, que não necessariamente pensam e agem de acordo com a vontade das autoridades estabelecidas e tampouco, aderem aos títulos desonrosos que são empregados a estes indivíduos, que apesar de tudo, são muitas vezes vistos pelos seus como heróis, justiceiros, vingadores e libertadores; nas palavras de Hobsbawm "sempre como homens a serem admirados, ajudados e apoiados" (1975).

Tais definições não se referem ao delinquente comum desaprovados pela opinião pública, mas aos que se encaixam no conceito de bandidos sociais; fenômeno este classificado pelo autor, como um dos mais universais da história, tendo muita similaridade entre eles, mesmo em locais diferentes. No geral, são apresentadas três formas desta manifestação, apontadas como o Ladrão Nobre, Os Vingadores e os Haiduks (HOBSBAWM, 1975).

O Ladrão Nobre é a manifestação do idealismo de Robin Hood – mito da cultura popular inglesa que roubava dos ricos e dava aos pobres; agente promovedor da equidade social, ainda que para isso tenha que infringir as leis. Tal bandido recebeu apoio dos pobres, pois seus motivos para a delinquência eram considerados justos, de acordo com as crenças locais. O indivíduo corrige os erros, tira dos que têm muito para distribuir aos que não têm nada, não faz uso desmedido da força (utilizando-a apenas quando necessário) e jamais abandona sua própria comunidade, local onde o mesmo é querido e ajudado. Com tantos princípios e características nobres em teoria a materialização deste tipo de bandido, estas nem sempre vão de inteira concordância com a lenda. Entretanto, nesta pesquisa, é de extrema importância compreender como tais bandidos são vistos pelos seus semelhantes; isto é, sua

representação simbólica e mitos em torno de si, assim como o que de fato fazem e como agem (HOBSBAWM, 1975).

Para além dos bandidos de carne e osso, há no folclore popular algumas representações fictícias de homens – bandidos – que conservam características nobres e, ao mesmo tempo cruéis; por se tratar de invenções literárias são, autênticos heróis, símbolos de força e da vingança. Eles são importantes para a compreensão de como simples bandidos aos olhos da lei e de quem as dita, podem ser tão queridos e admirados por outros, que consideram estes mesmos indivíduos como símbolo da justiça, esperança, honra e força. Tais produções descompromissadas com as ações no mundo real estão presentes nos três perfis apresentados, especialmente no do próximo a ser citado, os vingadores (HOBSBAWM, 1975).

Os Vingadores igualmente admirados em larga escala, são vistos como heróis não pelos valores que defendem, mas pelo uso da violência e difusão do terror. Ao contrário do Ladrão Nobre, estes não estão preocupados em restabelecer a justiça. Parte da admiração que os inspiram, nascem da demonstração na prática de que até mesmo entre os pobres e oprimidos, podem surgir homens terríveis, fortes e poderosos; sendo a violência uma das mais primitivas demonstrações de poder, o que justifica os excessos cometidos por tal grupo (HOBSBAWM, 1975).

Os cangaceiros brasileiros se enquadram nesta categoria, sendo Lampião o mais conhecido entre todos, principalmente pelos poemas e cordéis sobre ele escritos; fonte principal utilizada pelo autor para acessar as concepções e imagens produzidas sobre essa figura, imagens estas que revelam um personagem ambíguo, temido e respeitado, cruel e corajoso, fazendo valer-se pelo emprego da força. No caso específico de Lampião, não há nada que o assemelhe ao perfil de Robin Hood, da lendária ação de roubar dos ricos para dar aos pobres, os relatos só remetem a primeira parte; muito embora, sua "proteção" e "consentimento" fossem concedidos pelas crenças religiosas locais. No caso de Lampião, seria o próprio 'PadimCiço' quem por ele intercedesse, ou seja; ainda que existam relatos de assassinatos a sangue frio por ele cometidos, ele e seus homens seguem fazendo parte da sociedade em que vivem e compartilham do mesmo conjunto de crenças, que fornecem suporte para autorizar a ação dos mesmos. Ele não rompe com a cultura e a religiosidade local, mas encontra nela formas de justificar seus atos (HOBSBAWM, 1975).

A terceira forma de banditismo apresentada é classificada como Haiduks, que na verdade são um grupo de homens livres que negam a servidão e pagam o preço da marginalização, havendo de buscar no crime seu sustento. O termo classifica salteadores que surgem no século XV e permanecem durante séculos, embora a expressão seja específica dos

que atuam na Hungria e Grécia. Entretanto, fenômenos semelhantes ocorrem ao redor do mundo com outros nomes, existindo relatos até na China Imperial. O termo 'Haiduck' significa libertador-ladrão-livre; eram homens no meio do conflito entre conquistadores turcos e o avanço do cristianismo (HOBSBAWM, 1975). O autor limita sua pesquisa a respeito do banditismo social às sociedades campesinas, não mencionando seus equivalentes urbanos; classificando o próprio fenômeno como pertencente ao passado, embora ainda seja um passado recente. No caso do Brasil, comprimido entre os anos de 1870 e 1940 no Nordeste, o que não significa a ausência do fenômeno no Rio de Janeiro e em outras localidades, porém que não foram exploradas pelo autor em seu trabalho. Portanto, esta pesquisa irá considerar tais conceitos, nos bandidos do Rio de Janeiro, o que for semelhante, muito embora a ausência de tal fenômeno como nos perfis tradicionais nos revele outras realidades pertinentes a esse estudo.

> Entretanto, não se pode simplesmente excluir os criminosos do estudo do banditismo social (...) onde, por um motivo ou outro, o banditismo social não florescera ou se extinguira, criminosos comuns adequados podiam ser idealizados e ganhar os atributos de Robin Hood, sobretudo quando se concentravam em assaltar mercadores, viajantes ricos e outras pessoas que não desfrutavam de muita simpatia dos pobres (HOBSBAWM, 1975,).

No Brasil e mais precisamente no Rio de Janeiro, na década de 1960, um criminoso em particular concentra tais características, sendo inclusive apelidado de Robin Hood, trata-se de Mineirinho (GONÇALVES, 2011).

Hobsbawm (1975) considera o banditismo uma das mais primitivas formas de protesto social, representando na verdade sintomas de crise, desequilíbrio e tensões na sociedade em que vivem; seja de fome, peste, guerra, pobreza, exclusão e violência. O autor classifica o banditismo como epidêmico em épocas de crise financeira; portanto, num país onde uma considerável parcela da população vive com muito pouco, extremamente afetado pela desigualdade social, assim como o Brasil, representa um solo fértil para o fenômeno do banditismo.

Contudo, o próprio autor confessa que nem sempre a distinção entre banditismo social e outras formas de banditismo pode ser feita com precisão devida tamanhas similaridades, relativo abstrato do conceito e ambiguidades entre os bandidos. Afinal, quem seria esse bandido? Assim classifica Hobsbawm: "Ele é um marginal e um rebelde, um homem pobre que se recusa a aceitar os papéis normais da pobreza, e que afirma sua liberdade através dos únicos recursos ao alcance dos pobres – a força, a bravura, a astúcia e a determinação." (HOBSBAWM, 1975).

Se por um lado Hobsbawm não pesquisa a respeito do fenômeno no Rio de Janeiro, a autora Rôssi Alves Gonçalves, em seu artigo "*Bandidos & Bandidos: os vários tempos da cidade"* (2011), faz um levantamento a respeito dos perfis de personagens marginais no Rio de Janeiro; são apontados três tipos distintos destes personagens: o "Malandro", o "Bandido Bom" e o "Dono do Morro"(GONÇALVES, 2011). Seu trabalho é extremamente útil para compreender e tratar assuntos não explorados por Hobsbawm.

O Malandro seria aquele que com base na lábia e na habilidade para dar golpes retira seu sustento, sem que esteja inteiramente entregue aos meios ilícitos. Já o "Bandido Bom" opta exclusivamente pela ilegalidade, porém mantém boas relações com o próprio local de origem, não lhes oferecendo perigo, nem atraindo atenção desnecessária da polícia (GONÇALVES, 2011).

A partir da década de 1980, com a proliferação da droga nas favelas do Rio de Janeiro, um novo personagem surge - o "Dono do Morro", que atinge notoriedades, conotações e prestígio que o antigo Malandro (pelo baixo número de ações criminosas) e o Bandido Bom (pelo limitado alcance e controle) não foram capazes de conseguir (GONÇALVES, 2011). Nesta condição encontramos Paulo Roberto de Moura Lima, o Meio-Quilo, um dos integrante mais influentes no Comando Vermelho, responsável pelo tráfico de drogas na favela do Jacarezinho (LEEDS, 1998).

Meio-Quilo ganhou notoriedade em meados da década de 1980, quando se envolveu amorosamente com a jovem Maria Paula, a filha do Vice-Governador empossado do Estado do Rio de Janeiro (O Estado de São Paulo, 1987). Um romance que uniu um dos líderes da maior organização criminosa da época, com a filha de um representante da mais alta hierarquia local do poder público, delegado à tarefa de extinguí-lo. Foi por meio da mídia gerada por conta desse namoro que o grande público conheceu Paulo Roberto, entretanto, este já era conhecido e aclamado pela favela do Jacarezinho; ao qual lhe atribuía à condição de líder querido e adorado (O Estado de São Paulo, 1987). Como um traficante de drogas é capaz de ser tão querido e adorado por uma parcela considerável da comunidade do Jacarezinho? Ao ser anunciada sua morte, a dimensão do seu prestígio se revelou ainda mais, quando a favela, ao qual exercia comando decretou luto, e várias homenagens foram realizadas; deixando uma pergunta: porque doeu a morte de Meio Quilo? (Jornal do Brasil, 1987).

Seria Meio Quilo um caso de ineditismo, ou na história do crime do Brasil, podemos encontrar personagens marginais similares que embora julgados e condenados pelas leis, recebem homenagem, carinho e prestígio por parcela da população pelos seus feitos? Afim de determinar parâmetros, limitou-se as pesquisas ao Rio de Janeiro do século XX, onde

foi trabalhado a história de alguns bandidos notáveis da época, tendo jornais como fonte. Para produzir sentido sobre o bandido-herói no imaginário popular, retorna-se a produções culturais, como músicas e obras artísticas.

No contexto da ditadura militar, a violência e o autoritarismo do regime impulsionaram a arte que se manifestou de diferentes formas, uma delas foi proporcionando um novo olhar para figuras marginais, que passavam a representar símbolos de insubordinação, revoltas espontâneas que poderiam expressar uma potencialidade revolucionária; além de denunciar a própria violência, responsabilidade do Estado. Na literatura, nas artes plásticas, no cinema e na música surgia uma representação da realidade do crime e da violência, e em algumas vezes atribuía-se certo romantismo ao banditismo (SCHOLLHAMMER, 2007).

Em seu trabalho *As falas que extrapolam a periferia*, Rôssi Gonçalves (2011) relata sobre conflitos que se intensificaram no Brasil do final do século XX, relativos a violências e desigualdades. Dentro desse contexto, "funkeiros, rappers, e escritores encontravam formas de expressar insatisfação, desejos e comportamentos, através de música, dança, literatura"(GONÇALVES, 2011). Se por um lado o debate a respeito da violência não foi eficaz no sentido de erradicá-la, ao menos logrou êxito em expor novos discursos e problematizações, mantendo aberta uma alternativa de expressão que continuaria sendo utilizada, principalmente, por jovens periféricos e favelados. A autora remete ao Hip Hop, e sua força de produzir falas autênticas dos menos favorecidos, pois eram estes os autores das novas produções artísticas (GONÇALVES, 2011).

Lembrando que Meio-Quilo não atuava de forma autônoma, e sim fazendo parte de uma organização criminosa - o Comando Vermelho se faz pertinente o aprofundamento a respeito do grupo ao qual Meio-Quilo é associado, para que se possa, ao reconstruir a história de seu surgimento, que remete ao Fundão da Galeria B na Ilha Grande (FARIA, 2005), e evolução para o controle das favelas, identificar elementos que nos sugiram os objetivos do grupo e o porquê sua proposta ser tão bem aceita pela maioria dos moradores, ou pelo menos entre os que se pronunciaram à imprensa.

Para o estudo, foi utilizado como fonte o livro de memórias de William da Silva Lima (1991), apelidado de "O Professor", uma das principais lideranças no momento em que o Comando Vermelho ganhava forma. Em seu livro é narrado, entre outras coisas, como se deu na prática, do ponto de vista do preso comum, a decisão do Regime Militar em condenar a partir dos tribunais militares, quem executasse assalto a instituições financeiras, quer para motivos de sobrevivência ou para a estruturação do movimento de guerrilha que se opunha à

ditadura. Mais do que um simples narrador, William foi atuante na estruturação e desenvolvimento do Coletivo que se criou entre os detentos que partilhavam o confinamento com os presos políticos, exercendo papel de líder intelectual e comportamental, a partir da análise de seu relato pretende-se compreender, segundo a representação de William, asintenções, os valores e os objetivos do grupo que deu origem a facção que mais tarde Meio-Quilo se alinharia.

Além do Professor, quem se comprometeu a relatar a origem do CV foi o jornalista Carlos Amorim (1993), que com anos de estudo e investigação lançou uma trilogia sobre a organização; sua obra também foi utilizada como fonte, para proporcionar uma dimensão a respeito das produções jornalistas sobre a facção. Pretende-se também, ao contrapor as falas de William e Amorim, demarcar os limites da interação e influência dos presos políticos sobre a criação do Comando, bem como problematizar mitos difundidos pela mídia, que contradizem o que os homens que protagonizaram tais acontecimentos alegam.

Por fim, retorna-se ao Meio-Quilo por meio da mídia da época, a fim de analisar o que se produziu a respeito desse personagem, bem como, a relação que ele mantinha com a própria favela, para encontrar elementos que ajude a entender as relações mantidas por ele e a comunidade ao qual estava vinculado, descrita por moradores, comerciante e pela própria namorada Maria Paula em entrevistas concedidas; objetivando ao término, produzir alguma explicação a respeito do porquê Meio-Quilo foi tão adorado.

No primeiro capítulo, será trabalhado o banditismo no Rio de Janeiro em meados do século XX, bem como, algumas figuras lendárias que fizeram sua fama através do crime e que ainda assim eram possuidoras de admiração por uma parcela da população; como é o caso de Mineirinho e Cara de Cavalo. Ou seja, figuras do crime anteriores ao Meio-Quilo e que assim como ele obtiveram respeito e homenagem póstuma.

Ainda neste capítulo, será abordado o surgimento de uma organização que modifica a estrutura do crime no Rio de Janeiro, o Comando Vermelho. Será analisado o que jornalistas e estudiosos produziram a respeito da origem dessa organização e, posteriormente será analisado o que um de seus líderes, William, escreveu a respeito desse assunto e contrabalancearemos com as principais versões produzidas sobre. É valido lembrar que essa é a organização criminosa ao qual Meio-Quilo irá ingressar, e por meio dela, assumir o controle do tráfico na favela do Jacarezinho, onde foi aclamado como rei. Portanto, compreender a origem do Comando Vermelho e os principais fatores que levaram a sua criação auxiliará na compreensão da atuação de um de seus líderes.

Por fim, no segundo capítulo, será analisado o que os jornais falaram sobre Paulo Roberto de Moura Lima, o Meio-Quilo; cujo ao morrer levou toda a sua comunidade ao luto, além de 3.000 pessoas em seu enterro, que gritavam “rei, rei, rei, Meio-Quilo é o nosso rei”. Será relacionado Paulo Roberto com o que alguns estudiosos traçaram como perfil de um “Dono do Morro” respeitado por sua comunidade para identificar as semelhanças, assim como distinções.

CAPÍTULO 1– O BANDITISMO NO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DO COMANDO VERMELHO.

Figuras marginais anteriores aos grandes chefes do morro no Rio de Janeiro, temos segundo Rôssi Gonçalves, o Malandro, que compõem parte da identidade carioca, sobretudo no samba; e o "Bandido Bom", que seria uma espécie de bandido que age de acordo com um conjunto de valores e regras, não causando prejuízo aos moradores de favelas, mas ao contrário, servindo muitas vezes como símbolo de resistência, ousadia e irreverência (GONÇALVES, 2011).

O primeiro deles, o Malandro, populariza-se no Rio de Janeiro até meados do século XX como componente da própria identidade carioca, sendo associado geralmente a um homem pobre, negro ou mestiço morador de cortiço, morro ou favela. A autora afirma que a enorme repercussão dessa figura se dá pela incapacidade da sociedade em comportar os ex-escravos, que querem desfrutar do conforto e diversão dessa sociedade moderna com bares, cafés, teatros e vida noturna; mas excluídos dela, buscam alternativa em trabalhos informais e na malandragem como meio de inserção. Nesse contexto, a malandragem não representa uma inclinação criminosa ou desonesta da classe pobre marginalizada, mas sim, uma forma de sobrevivência e inserção social através dos meios e recursos aos quais despunham (GONÇALVES, 2011).

O malandro é "aquele que se dá bem sem fazer esforço e que goza, ainda, da simpatia popular" (GONÇALVES, 2011). Utiliza-se de artimanhas para ganhar a vida, recorre a pequenos golpes, trapaças, armações e muito, embora não possa mais conciliar sua identidade com os meios legais, apresenta baixíssimo nível de interação com a ilegalidade; isto porque o malandro se aproveita e cria situações através do uso da experiência e inteligência, transitando entre os dois mundos – ilegal e legal, sem pertencer nitidamente a nenhum deles. É apresentado como astucioso, amigo do povo, querido, ardiloso, bom de lábia e simpático, ovacionado na cultura popular por meio da música, sobretudo no samba (GONÇALVES, 2011).

Em meados do século passado, a figura do Malandro sede espaço para o "Bandido Bom", igualmente morador de zonas desfavorecidas, que retira seu sustento não do trabalho formal, mas das atividades ilegais. Ao contrário do malandro que se equilibrava entre o legal e o ilegal, o bandido bom tem sua identidade consolidada na via da ilegalidade, rompendo o antigo dualismo de seu antecessor (GONÇALVES, 2011).

Rôssi Gonçalves aponta que o maior colaborador para a difusão desse símbolo é a mídia, que noticia em tom quase épico os feitos do bandido, sem se preocupar com fontes confiáveis que sustentem as alegações. Tal bandido é acusado de crimes como roubo, jogo do bicho, homicídio e tráfico; é geralmente amigo da comunidade que lhe tolera, sem prestar grandes homenagens ou admiração, pelo menos enquanto vivo; apenas o reconhece como alguém que nasce e se cria ali, sem representar perigo aos moradores. Geralmente possui um inimigo em comum com os demais moradores, a polícia, que não costuma despertar animosidade entre os favelados (GONÇALVES, 2011).

A exemplo desse tipo de bandido, temos Mineirinho, ovacionado como uma espécie de Robin Hood, apontado pelo jornalista Carlos Amorim – sem revelar a fonte – como um homem que possui entre seus crimes o roubo de caminhões com carne e leite para posteriormente distribui entre os favelados no Morro da Mangueira (AMORIM, 1993). Atitude que eleva sua moral perante os moradores da comunidade e lhe aproxima do imaginário do Ladrão Nobre de Hobsbawm, como agente promovedor da equidade social.

Mineirinho foi assassinado em 1962 com treze tiros, um número considerável de perfurações num único homem; sua morte foi de tamanho espanto devido ao exagero que provocou reações até de onde pouco se esperava, em integrantes de uma classe social distinta a de Mineirinho. A escritora Clarice Lispector redigiu uma crônica, intitulada de Mineirinho, a respeito do ocorrido, e em tom de lamentação e melancolia reconhecia em Mineirinho um homem perigoso, acusado de assassinato, que no entanto, havia de ir ao céu; pois era virtuoso e de bom coração. Em determinado momento da crônica, a autora diz ter tomado pra si o desafio de compreender o porquê estava doendo a morte de um facínora (LISPECTOR, 1962). Aqueles que, para alguns, não passam de delinquentes merecedores de seus fins trágicos são capazes de, ao morrer, deixarem comunidades inteiras de luto. Para compreender-se este fenômeno é necessário retomar a reflexão de Clarice e questionar, porque dói a morte de um bandido? Questionamento que se aplica também a Meio-Quilo, por que uma comunidade do tamanho do Jacarezinho decreta luto e fecha as portas do comércio quando o “dono do morro” morre?

Bandido cujo teme fama semelhante foi Cara de Cavalo, que “atuou” no Rio de Janeiro na década de 60; traficante e bandido ao qual se atribui a morte do detetive de polícia *Le Cocq* (GONÇALVES, 2011). Após o ocorrido, surge o Esquadrão *Le Cocq* ou *Scuderie Le Cocq*, formado por polícias afim de vingar a morte do detetive, o que ocorre em 1964, (ARAUJO, 2015) em uma execução bárbara com mais de 100 tiros (GONÇALVES, 2011). Evidencia-se que o objetivo não era simplesmente retirar a vida do Cara de Cavalo, pois para

este fim, apenas alguns tiros bastariam. Sua execução, da forma como ocorreu, tinha outras intenções, como o de extinguir qualquer símbolo que aquele homem poderia representar, além de mandar um recado aos demais bandidos, principalmente àqueles, que assim como Cara de Cavalo, havia matado membros da polícia.

O Esquadrão viveu seu auge justamente na ditadura militar, onde em seu apogeu conseguiu reunir 7.000 associados, tendo como presidente de honra o delegado e deputado Sivuca; a quem se atribui a autoria da frase "bandido bom é bandido morto" (ARAUJO, 2015). Em uma entrevista concedida a Jô Soares, ao ser confrontado pela frase, Sivuca acrescenta que além de morto, o bandido bom é "enterrado em pé, pra não ocupar muito espaço"[1]. Direta oposição ao conceito de "bandido bom" esboçado por Rôssi Gonçalves.

Em seu símbolo, o grupo ostentava uma caveira com dois ossos atravessados, além da sigla E.M logo abaixo, interpretada por alguns como "Esquadrão da Morte"; embora a organização alega tratar-se de 'Esquadrão de Motociclistas' ou 'Motorizado'. (ARAUJO, 2015).

Embora Mineirinho e Cara de Cavalo tenham encontrado a morte violenta e sem tentativa alguma de acobertamento, a história passa a ser diferente com os grandes chefões do tráfico, donos de morro nas década de 1980/90. Segundo Rôssi Gonçalves, devido entre outras coisas, o pertencimento destes indivíduos à facções poderosas financeiramente e belicamente, como o Comando Vermelho (GONÇALVES, 2011).

Entretanto, se por um lado Cara de Cavalo era visto e tratado como um homem perigoso, principalmente por polícias e simpatizantes da violência no combate ao crime, para outros era diferente. A foto de Cara de Cavalo jazido no chão após a execução dos policiais rodou em diversos jornais da época, até ser utilizada artisticamente por Hélio Oiticica com a frase "Seja marginal seja herói" em 1968 (GONÇALVES, 2011). Nesse sentido, "Cara de cavalo e outros bandidos se tornam, então, ícones da rebeldia, da inquietação e figuras comuns nos discursos e movimentos radicais dos anos 1960." (GONÇALVES, 2011).

Eric Hobsbawm fala a respeito de uma característica peculiar dos bandidos sociais, pois embora caracterize o banditismo como uma das formas mais primitivas de protesto social, reconhece que estes homens, salvo raríssimas exceções, não são teóricos ou ideólogos; não formulam ações políticas a serem executadas. Sua atuação é como líder do grupo ao qual está inserido, numa posição de comando que lhe permite escolher direções de acordo com seus objetivos próprios ou coletivos (HOBSBAWM, 1975). No caso de Cara de

[1] JO Soares entrevista Sivuca. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IFrGH78In4o> Acesso em: 15 ago. 2018.

Cavalo, o título de líder talvez não lhe sirva bem, mas sem dúvida sua vida e morte são suficientes para que se torne um símbolo. Mediante a representação de Oiticica, passa a representar rebeldia, luta e resistência. Se Cara de Cavalo não lidera um grupo de revoltosos descontentes contra a violência, ainda que bandidos, isso é exatamente o que faz William da Silva Lima, como veremos no capítulo a seguir.

Rôssi Gonçalves, afirma que diante o silenciamento dos discursos da esquerda pelas vias tradicionais na década de 1960, fez-se presente em veículos não convencionais, como cinema e a música, novas formas de protesto, que através da narrativa de vidas rebeldes e marginais expressam uma crítica à conjuntura política desequilibrada e injusta, nesse sentido, surgem músicas como "Charles, anjo 45" (GONÇALVES, 2011).

No caso da referida música, Jorge Bem refere sobre a relação de um morro com um bandido querido, ao qual é apresentado como "Protetor dos fracos/ E dos oprimidos/ Robin Hood dos morros/ Rei da malandragem/ com muita coragem/". Uma romantização que contribui para a fortificação do personagem "Bandido Bom", como um homem de valores e que goza de uma boa relação com sua comunidade, onde além de morar é querido e adorado. Tal obra auxilia a mensurar a ambiguidade de bandidos como Mineirinho - bandido-herói, querido por muitos, enquanto é odiado por policiais devido aos crimes cometidos, e outros a ele relacionado pela imprensa, que em determinadas manchetes, que originalmente objetivam denunciar tais bandidos, acabavam por vezes o promovendo ao posto de heróis, mestres do crime e com ampliado senso de justiça e apreço pela comunidade, manifestada em seus atos; embora não comprovados de roubar caminhões de comida e dividir com os moradores na favela onde mora (GONÇALVES, 2011).

1.1 O Comando Vermelho.

William da Silva Lima foi um dos fundadores do que conhecemos hoje como Comando Vermelho, organização que teve início na década de 1970, entre presos comuns do Instituto Penal Cândido Mendes acusados de roubo a instituição financeira, enquadrados no artigo 27 da Lei de Segurança Nacional de 1969, que considerava assalto a instituição financeira caso de Segurança Nacional (LEEDS, 1998). Ele não foi apenas testemunha dos acontecimentos, mas exercia posição de liderança entre os presos comuns e segundo descrito por ele em seu livro *Quatrocentos contra Um,*(1991) obra com suas memórias do cárcere,

principalmente do período recluso na Ilha Grande, narra os acontecimentos que mais tarde deram origem ao crime organizado no Brasil.

William Lima, ainda na infância se viu envolvido numa disputa travada entre seus pais por sua guarda após o término do casamento entre eles. Por conta disso, mudou de lar várias vezes, ora com os avós maternos, ora com os avós paternos, até que sua mãe resolve fugir com ele para longe, o que acarreta em sua detenção. Após ser devolvido á família de seu pai, foi morar por definitivo com seu avô, porém este morre pouco tempo depois e William vai então morar com seu pai, com quem não possuía quase nenhuma afetividade. As incontáveis mudanças e a instabilidade que fizeram parte de sua criação lhe incentivaram a ser independente. Jovem pobre, muito cedo teve que se virar, devido a pouca ajuda que recebia de seu pai. Aos 15 anos, começou a trabalhar e nessa mesma época iniciou também a prática atividades ilícitas. Devido sua condição social, convivia com a fome e o desejo de melhores refeições e graças aos pequenos delitos, William diz que "Pude então, finalmente, comer num restaurante cuja vitrine de frangos sempre me fascinara". O crime lhe matara a fome, dali adiante tornaria seu sustento. Até que aos 17 anos foi preso pela primeira vez; aos 19 anos, e por conta própria, resolve trocar São Paulo pelo Rio de Janeiro, essa viagem marca também a ruptura com seu pai, de quem não manteve mais contato (LIMA, 1991).

No Rio, não demorou a ser preso, sendo acusado de furto. Em sua jornada pelo sistema penitenciário, aprendeu o ofício de alfaiate – que viria a se tornar sua profissão; além de diversos outros hábitos. Após os 17 anos, praticamente foi criado no cárcere, passou por diversas instituições diferentes. O primeiro contato com presos políticos se deu logo nos primeiros momentos da ditadura militar, por volta 1964, e com eles desenvolveu o gosto pela poesia e teatro, além de adotar a leitura como hábito, por influência dos presos políticos; neste momento se lia Jorge Amado, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Osny Duarte Pereira. Nessa época, segundo o mesmo, teve contato e demonstrou simpatia pelos ideais do socialismo, dessa forma ia desenvolvendo seu intelecto e ampliando suas capacidades argumentativas, até que em 1965 foi solto e se descobriu num profundo dilema: "Na cabeça, muito idealismo e poesia, na prática, a necessidade de sobreviver sozinho sendo um marginal". Dessa forma, William proporcionou uma dimensão a respeito dos desafios enfrentados por um ex-presidiário, que mesmo letrado e com considerável grau de instrução, encontra dificuldades para ser reinserido na sociedade de forma a manter sua sobrevivência longe de meios ilícitos. Nem sua habilidade adquirida como alfaiate lhe amenizou a inserção na sociedade após ter cumprido pena (LIMA, 1991).

Entretanto, seu convívio com os presos políticos naquela época, havia sido forte o suficiente para que William recebesse um convite para trabalhar numa gráfica "onde havia gente de esquerda" (LIMA, 1991), convite este que foi aceito e poderia significar o ingresso no ativismo social, se não fosse a gráfica ter falido logo após sua contratação. Neste momento, segundo William "A expectativa de desenvolver meu lado intelectual e político frustrou-se*"* (LIMA, 1991) o que o levou a recorrer ao crime para sobreviver e ser novamente preso, ainda em 1965.

Dessa vez, ele foi para o presídio da Frei Caneca, onde pôde retomar suas atividades artísticas, e relata a organização de um concurso de poesias entre reclusos do sistema penitenciário:

> "Na Frei Caneca, prosseguia um trabalho cultural. Os presos de lá — velhos conhecidos meus — organizaram o I Festival de Música e Poesia do Sistema Penitenciário do Estado da Guanabara, que recebeu nada menos do que 169 trabalhos. Enviei poemas, classificados entre os quarenta primeiros" (LIMA, 1991).

Embora não tenha se tornado um militante socialista, William acumulou boas experiências com presos político e teve contato com fortes ideologias de esquerda, além de ter se tornado uma pessoa com boa capacidade de argumentação, criticidade e escrita (LIMA, 1991).

Todo esse interesse por literatura socialista, gosto por poesia e consciência política se deve ao contato entre William e os presos políticos dos primeiros anos da ditadura, mas estes presos não eram os guerrilheiros – com quem William só irá dividir o cárcere alguns anos depois; mas, sobretudo marinheiros revoltosos,[2] cujo foram os primeiros a contribuir com sua formação intelectual. Mais tarde, em 1971, William entraria em contato com um outro grupo de presos políticos, os envolvidos coma guerrilha urbana, entretanto, quando esse contato acontece, ele já era munido de boa capacidade cognitiva e havia consumido um considerável número de livros críticos.

Portanto, não foram os guerrilheiros que fizeram de um simples assaltante de banco uma das principais lideranças do Comando Vermelho, dotado de uma mente afiada e questionadora; porque antes dos guerrilheiros, William já havia se tornado um homem sábio o suficiente para se rebelar contra a violência e opressão ao qual esteve submetido no presídio da Ilha Grande; se gabaritando para a função que mais tarde exerceria, a de ser o porta voz

---

[2] Seu contato com presos políticos oriundos da marinha dar-se entre 1964 e 1969, embora Professor não tenha permanecido recluso durante todo esse período, conciliando o cárcere com alguns raros momentos de liberdade. (LIMA, 1991)

dos presos comuns nas negociações com a direção do presídio, apelidado de “Professor” devido suas capacidades intelectuais. Aptidões estas, que poderiam ter formado um ativista social, caso sua relação com os socialistas da gráfica tivessem sido mais intensas; entretanto, quando se viu desempregado devido à falência da gráfica, a falta de oportunidades de viver honestamente contribuiu para sua volta ao crime, que foi quem se beneficiou da sua mente (LIMA, 1991).

1.2 O Caldeirão do Diabo.

O palco que conciliou presos políticos e presos comuns foi o presídio da Ilha Grande, intimidadoramente apelidado de “Caldeirão do Diabo”; lá a pena era potencializada pelo isolamento do continente, dificultando visita dos familiares dos detentos e possibilitando os maus-tratos que ali aconteciam; concedendo ao presídio o status de *Onde o filho chora e a mãe não vê*, justamente por isso, para lá eram mandados os criminosos mais periculosos e temidos (LIMA, 1991). Segundo Leeds (1998), a tortura era prática comum neste presídio, além de ser afetado pela ausência de recursos básicos como colchões, lençóis, sabonete, cobertores. Mas este não era o único ponto negativo do presídio. (LIMA, 1991).

William compartilha um pouco da sua experiência no pesado clima dessa penitenciária; para ele, as perdas sofridas pelo detento vão além do direito de ir e vir: “Entre os direitos que perdemos se encontra o de sermos conhecidos pela totalidade das nossas ações, boas e más, como qualquer ser humano” (LIMA, 1991). Em sua visão, aos olhos da sociedade, deixavam de ser seres humanos e passavam a ser detentos, somente isso.

Para ele, o sistema penal tem outras funções e deveres a serem cumpridos, em suas próprias palavras: “Desarticular a personalidade do preso é o primeiro – e, talvez, o mais importante – papel do sistema” (LIMA, 1991).

Segundo o mesmo, “A ilha não é punição apenas para presos. Para lá vão os guardas considerados problemáticos pelo próprio sistema.” (LIMA, 1991). Ou seja, o que de mais violento e problemático tinha-se no mundo do crime é confinado sob os “cuidados” dos mais problemáticos agentes penitenciários, como o resultado poderia ser positivo? Teria sido coincidência a escolha deste presídio em especial para receber os presos políticos a partir de 1969? O que faria dele uma boa opção? Embora o presídio da Ilha Grande não tenha sido o único a receber guerrilheiros e presos comuns, não há registros em nenhum outro presídio sobre o surgimento de um grupo semelhante ao Comando Vermelho.

O resultado do encontro entre presos e carcereiros violentos localizados numa Ilha com baixo contato com o continente, produziu um dos presídios mais violentos e cruéis para onde um detento poderia ser mandado. Dentre os presos, havia os que praticavam roubos, estupros, extorsões e assassinatos, entre os demais reclusos, seus próprios companheiros de cárcere. Sobre eles, William disse "Piores que os guardas, esses presos violentos eram ali colocados estrategicamente, por uma administração que tinha todo interesse em cultivar o terror*"* (LIMA, 1991). A resistência a essas práticas daria luz a um novo estado de espirito entre a massa carcerária, sem que este fosse o objetivo. (LIMA, 1991).

Para Carlos Amorim, o presídio da Ilha Grande produzia um efeito colateral de potencializar a periculosidade e os conhecimentos dos presos em relação a complexidade de seus crimes: "A Ilha Grande ganha status de um curso de pós-doutorado no crime. Quem entra ladrão sai assaltante. Aquele que tentava a sorte sozinho sai chefe de quadrilha." (AMORIM, 1993).

Sua argumentação encontra embasamento na própria fala de William da Silva, que em 1971 foi transferido para o presídio da Ilha Grande pela primeira vez; segundo o mesmo, a medida foi uma punição em resposta ao projeto desenvolvido na penitenciária Lemos de Brito, o jornal "Nossa Voz", que a princípio teve apoio do secretário estadual de justiça. Quando ocorreu a transferência para o Caldeirão do Diabo em 1971, William havia sido acusado apenas de crimes brandos como, bater carteiras e pequenos furtos; por isso cumpriu sua pena com o restante da massa carcerária, bem longe da Galeria B, que comportava os guerrilheiros detidos. A primeira passagem pela Ilha foi curta, mas foi suficiente para mudar as expectativas dele ao deixá-la:

> "Bater carteiras na rua, fazer pequenos furtos, assaltar transeuntes - isso nunca mais. Sai da prisão resolvido a buscar nos bancos, a mão armada, os recursos que não tinha e que não obteria por meio de trabalho comum, meramente escravizante. Havia riscos, é claro, mas me dispunha a enfrentá-los. A prisão me profissionalizara no crime. Com quase trinta anos de vida e mais de dez na cadeia, não via como voltar atrás." (LIMA, 1991).

Após sua primeira passagem pela Ilha Grande, em 1971,William ainda não havia passado um dia sequer confinado com os guerrilheiros e já havia tomado a decisão de buscar nos bancos o seu sustento, mas por motivos de sobrevivência e não políticos. Portanto, não foi a influência dos guerrilheiros que lhe fez um assaltante de banco, mas segundo William, a consequência de uma vida inteira sem experimentar a possibilidade de inserção social de maneira digna e legal, aliada a incapacidade do Estado de ressocializar os que passam pelo sistema penitenciário.

Após tomar a decisão de buscar nos bancos seu sustento, William foi novamente capturado e preso, em 1971 pouco tempo após estar em liberdade, mas desta vez o tratamento foi diferente, com a Lei de Segurança Nacional de 1969 em vigor, ele foi levado ao DOI-CODI, organismo do Exército responsável pela repressão política. Após o processo "investigativo" foi encarcerado no presídio da Ilha Grande; é a partir desta prisão que William teria contato com os guerrilheiros pela primeira vez (LIMA, 1991) o que se manteria até 1975, quando os "subversivos", em decorrência da luta que travavam para serem reconhecidos enquanto presos políticos, seriam transferidos para penitenciárias em melhores condições[3] embora esse benefício não tenha se estendido a William e aos demais presos comuns enquadrados na LSN (FARIA, 2005):

> Não tardei a ser preso de novo, na fuga de uma ação. Ironia: enviaram-me para o DOI-CODI, organismo do Exército encarregado da repressão política, na rua Barão de Mesquita, onde fui torturado — choques, pau-de-arara — para confessar a que organização política pertencia. Quatro dias levaram para se convencer de que eu não era subversivo. (LIMA, 1991).

Seu relato nos mostra que a tortura ao qual sofreu foi utilizada para descobrir se o crime praticado havia sido cometido por motivos de sobrevivência ou luta política, evidenciando que o principal alvo das práticas violentas era na verdade os ditos subversivos, grupo ao qual William não fazia parte. Entretanto, o fato de as torturas terem os presos políticos como centro não significa que ela tenha sido aplicada somente a eles, nesse ponto o depoimento destacado não deixa dúvidas.

A tortura no regime militar não se limitou aos que faziam a resistência política. Inclusive, no presídio da Ilha Grande haviam aproximadamente 120 presos que haviam infringido a LSN, dos quais 90 não tinham qualquer vínculo com grupos políticos, e infelizmente só temos o relato de um deles. Seria o "processo investigativo" ao qual William foi submetido a forma padrão de tratamento aos infligidores do artigo 27 da Lei de Segurança em vigor? Se sim, e os presos comuns passaram por um processo semelhante ao descrito por William, isso tornaria os presos políticos minoria no que se refere a ser torturado no Caldeirão do Diabo; muito embora, este nem de longe tenha sido o único palco de práticas violentas e de tortura durante o regime dos militares (LIMA, 1991).

---

[3] Os presos políticos protestavam em prol do seu reconhecimento enquanto tais, o que a ditadura lhes negava, a transferência para um presídio próprio era um dos objetivos. Na Ilha Grande fizeram greves de fome visando a transferência. Em 1975 eles lograram êxito e aos poucos foram transferidos para um presídio no continente, em Bangu, processo que se encerra em 1976. De lá seriam novamente transferidos, desta vez para a penitenciária Milton Dias Moreira, onde em 1979 receberiam a anistia, embora ainda tivessem que lutar por ela com protestos e greves de fome mesmo nessa reta final (FARIA, 2005).

Antônio Mendes Junior (1981) nos dá uma dimensão a respeito da violência empregada pelos torturadores em presos políticos, na tentativa de obter confissões e informações: “Localizada numa delegacia de polícia na rua Tutóia, em São Paulo, a OBAN enchia as vizinhanças com os gritos de dor dos torturados, a ponto de moradores pedirem providência às autoridades” (MENDES JR, 1981).

Mas porque a ditadura procurava membros de organizações políticas em assaltantes de banco como Wiliam?

1.3 A Resistência à Ditadura e a LSN

O final do ano de 1968, na ditadura militar brasileira, marca o fechamento total das portas pela via da legalidade e dos movimentos de massa, com a inserção dos grupos de resistência à ilegalidade não havia outra saída senão a da luta armada (GORENDER, 1998). Por motivo de financiamento da resistência, o roubo a banco foi adotado como medida, a prática já vinha sendo utilizada e foi largamente aderida pelos movimentos de resistência, já no primeiro semestre de 1969 (GORENDER, 1987). Dentre os que aderiram à luta armada, havia forte presença de militantes do movimento estudantil e egressos de partidos políticos, que fundaram organizações que adotavam a guerrilha como forma de resistir, como Marighella, que fundou a Ação Libertadora Nacional. Além de ser influenciada por guerrilheiros, como o próprio Carlos Marighella, que em seu “*Manual do guerrilheiro urbano”* diz: **“**Dinheiro, armas, munições e explosivos, como também veículos tem que ser expropriados. O guerrilheiro urbano tem que roubar bancos e lojas de armas, e conseguir explosivos e munições onde queira que os encontre” (MARIGHELLA, 1969).

Vale ressaltar que esta obra não tinha outra finalidade senão difundir os conhecimentos e as técnicas da guerrilha. De fato, trata-se de um manual com dicas e orientações para todos aqueles que optaram pela luta armada, além de conter um apelo convidativo no sentido do ingresso à resistência armada à todos aqueles que o lerem, como na dedicatória, onde o autor expressa*:* “Eu desejo que todos que leram este manual e decidiram que não podem permanecer inativos, sigam as instruções e juntem-se a luta agora” (MARIGHELLA, 1969).

Como medida de prevenção a ditadura, enrijeceu suas leis e disseminou estratégias para reduzir os prejuízos sofridos em assaltos a banco, agências bancárias redobraram a atenção e passaram a deixar o mínimo possível dentro dos cofres. (GORENDER, 1987).

É nesse contexto em que a LSN é reformulada e decretada em setembro de 1969, onde “Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social” (BRASIL, 1969). Nesse sentido, traz os crimes, e as respectivas penas que de alguma forma ameaçavam a segurança da nação.

A Lei de Segurança Nacional trata dos crimes de cunho político, que de alguma forma ameacem ou atentem contra o Estado. Entretanto, para Martins (1986) essa definição oficial ao qual se encontra nos dicionários, não é suficiente para contemplar todo seu conteúdo e objetivos, principalmente aqueles mais ocultos e perversos. De maneira informal, embora legal, a LSN serviu na ditadura militar para prender e perseguir os que se opunham ao regime. E os condenados por ela não foram espiões estrangeiros, mas em suma, operários que protestavam por melhores condições, estudantes e também democratas.

O inimigo a ser combatido era o comunismo internacional, e este podia se infiltrar nas mais diversas camadas da população, justificando assim a extensão da perseguição ao seu próprio povo, tornando todos os indivíduos em suspeito:

> Se o comunismo internacional procura infiltrar-se sorrateiramente e ganhar “as mentes”, qualquer cidadão pode ser contaminado pelo germe do mal. Especialmente aqueles cidadãos que são trabalhadores, recebem baixos salários e vivem famintos de justiça e de fome mesmo; também os que pensam, discutem, se preocupam com os problemas do país e do povo; e aqueles que procuram participar da vida política, que insistem em defender seus direitos e apontar injustiças. Enfim, todos estes são potencialmente perigosos. (MARTINS, 1986).

Os Artigos entre 8º ao 15º tratavam de delitos que interagiam com países estrangeiros, que de alguma forma ameaçasse o regime político vigente, como por exemplo; fornecer abrigo a espião estrangeiro, divulgar material de fora que contenha ideias incompatíveis com a Constituição, filiar-se a grupo orientado por governo estrangeiro que incite ações prejudiciais a segurança nacional e negociar com governos estrangeiros uma invasão ao país. Entre as demais infrações estava a de “Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil”, Artigo 23. Tais artigos descritos acima presentes na LSN tratavam de ações com intenções políticas que poderiam de fato colocar em risco a estabilidade do Regime, de fato iriam de acordo com a proposta do decreto ao ameaçarem a segurança nacional, a ordem política e social. Entretanto, o Artigo 27 colocava no mesmo patamar dos crimes acima descritos, de ameaçar a ordem pública, o ato de: “Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação”(BRASIL, 1969).

Do texto legal destaca-se o termo “qualquer que seja a sua motivação”, não reconhecendo diferença ou concedendo regalias aos que alegassem motivação política, que acabaram por cumprir suas sentenças nas mesmas instituições penais dos demais detentos, presos políticos e presos comuns. Mas qual era o interesse da ditadura em prendê-los juntos?

Segundo Eduardo Taddeo (2012), em *A guerra não declarada na visão de um favelado*, as intenções da ditadura militar em encarcerar presos políticos no mesmo espaço que presos comum, era motivada pelo interesse no aniquilamento dos subversivos pelas mãos dos presos comuns; tendo em vista que pressões internacionais impediam que os subversivos fossem sumariamente assassinados. Eduardo argumenta que o serviço fora “terceirizado” aos presos tradicionais motivados pelo abismo social que os separavam, tendo em vista que os presos políticos eram em sua maioria oriundos da classe média, privilegiados economicamente; entretanto, Eduardo não apresenta suas fontes para sustentar seus argumentos. Em oposição ao que ele disse, no Brasil já havia um grande histórico de cooperação entre presos políticos e presos comuns, desde a época da ditadura de Vargas, já naquele período os efeitos foram significativos, segundo Amorim:

> A partir desta convivência, muitos homens deixaram para trás as carreiras no crime e optaram pela militância revolucionária. O contato com intelectuais, militares radicais, políticos e sindicalistas fez a cabeça de punguistas e escroques. Gente que descobriu uma explicação para a própria miséria, que aprendeu a ler e escrever com professores presos. (AMORIM, 1993).

Portanto, a diferença de classe não era suficiente para produzir o suposto massacre, pelo menos não foi o que encontros anteriores desencadearam. Ao contrário, o produto havia sido uma relação de companheirismo e mutualismo; o próprio William havia experimentado também sadias relações com presos políticos entre 1964 e 1969, como com o grupo dos marinheiros, onde havia iniciado sua devoção à poesia.

Se a intenção de encarcerar juntos presos comuns e políticos não havia sido motivada pelo interesse em um confronto entre ambos, porque então foram presos juntos?

Para a historiadora Cátia Faria (2005), a estratégia era a descaracterização de conflitos políticos, silenciando quaisquer manifestações que sugerissem o contrário ao ideal de estabilidade e controle propostos, negando a existência de presos políticos: “Não diferenciando um assalto a banco, feito <u>para</u> lucro pessoal, de uma expropriação, na qual o produto auferido é utilizado para estruturar revoluções, a ditadura se recusava a admitir a existência de presos políticos no Brasil” (FARIA, 2005).

Nesse sentido, os militares pretendiam negar a existência de presos políticos em seu território, conceder tratamento diferenciado a estes seria realmente uma enorme contradição, por isso o tratamento semelhante (FARIA, 2005).

Desta forma, ao capturar e interrogar os criminosos que haviam sido acusados de roubo a banco a ditadura cometia uma contradição, pois ao mesmo tempo em que negava o caráter político dos roubos (assim como a existência de presos políticos) (FARIA, 2008) tentava encontrar em seus praticantes militantes ligados a organizações políticas. Como procurar por aquilo que se nega a existência? No caso do William, ao final do processo investigativo – eufemismo para tortura – ele relata ter saído "Todo inchado, com duas costelas quebradas. Lei de Segurança Nacional" (LIMA, 1991). Mostrando que possuía o entendimento de que o agravamento da pena e o tratamento violento para o crime que havia cometido, se dava justamente pela nova interpretação que a LSN dava ao crime de assalto a banco (LIMA, 1991). Com a mesma medida o governo aumentava as punições, visando a diminuição da prática e negando conflitos políticos e crimes dessa natureza, dificultando futuros processos de anistia (FARIA, 2005).

1.4 Do Confinamento Compartilhado Surgem Versões, Comandos Talvez.

Fato é que na Ilha Grande, independente dos motivos, os condenados por infringir o artigo 27 da LSN foram encarcerados juntos. Já a consequência que esse confinamento compartilhado resultou divide opiniões e disputa de narrativas. Sobretudo no que se refere ao surgimento da organização ao qual William contribuiu para formar e mais tarde seria apresentada e reconhecida pelo Brasil como Comando Vermelho.

A primeira explicação é esboçada dentro do próprio contexto do surgimento do grupo, e possui a imprensa e alguns militares como principal difusor. Essa versão dizia que no convívio entre presos políticos e presos comuns, muitos ensinamentos a respeito da organização de ações criminosas, táticas de guerrilha e ideologia marxista haviam sido transferidas aos presos comuns pelos presos políticos.

O próprio William traz uma fala de um delegado ao capturar um dos fundadores, e ao se referir a organização, disse: "A organização Falange Vermelha nasceu da convivência entre assaltantes e presos políticos, que lhes ensinaram como comandar e funcionar de maneira mais organizada." (LIMA, 1991).

A fala do delegado traz o reforço por parte das instituições oficiais à narrativa da origem do Comando Vermelho, está associada ao período em que seus fundadores estiveram

juntos com os presos políticos, onde supostamente foram ensinados a se organizar e comandar, aumentando sua eficiência. Outro fato que chama atenção é o William não discordar dessa versão, mas em seu livro ele também não a confirma. Na verdade, o que afirma é que grupo algum foi formado, o que aconteceu foi uma mudança de comportamento que aos poucos foi se espalhando entre a massa carcerária (LIMA, 1991).

Em 1992 o Jornalista Carlos Amorim lançaria o primeiro livro de uma trilogia contendo a história do surgimento da Facção, reforçando a ideia dominante dela ser o produto concebido pela interação entre presos políticos e presos comuns. Durante muito tempo essa ideia ganhou o imaginário do senso comum, além de servir como referência e influenciar uma série de estudos acadêmicos futuros; entretanto, não sem sofrer questionamentos.

No prefácio da primeira edição, pode-se encontrar a afirmação do jornalista Jorge Pontual: “O Comando Vermelho pôde parodiar impunemente as organizações de esquerda da luta armada, seu jargão, suas táticas de guerrilha urbana, sua rígida linha de comando. E o que é pior: com sucesso” (AMORIM, 1993).

Nessa afirmação do jornalista, verifica-se o cerne da concepção que Amorim iria sintetizar no restante do livro, a de que o Comando Vermelho surgiu como uma cópia da guerrilha urbana, aplicando suas técnicas e táticas para obter sucesso em suas atividades ilegais.

No livro, Amorim argumenta que os presos políticos exerceram grande influência nos presos comuns, sobretudo pela força da sua organização, disciplina e altruísmo, mesmo estando encarcerados. Produtos aos quais familiares mandavam aos ativistas presos eram distribuídos de forma igualitária entre os ocupantes da cela, de uma forma que até quem não recebia nenhum tipo de material do continente acabava ganhando alguma coisa na hora da partilha. Para sustentar tal afirmação, Amorim recorre principalmente a depoimentos de presos da época, políticos ou comuns. A consequência ao qual resultaria a capacidade de organização que o crime passaria a ter, de fato é o surgimento do crime “organizado”.

Intelectualmente, o jornalista destaca o teor da bibliografia ao qual o Comando Vermelho teve acesso por intermédio dos presos políticos:

> Os presos comuns do "fundão" tiveram contato também com textos clássicos da literatura marxista. O Manifesto do Partido Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, e A Concepção materialista da História, do russo Afanassiev, fizeram parte de planos de estudos dentro do presídio. Outros dois livros da literatura básica do marxismo também foram lidos: A História da Riqueza do Homem, do historiador Leo Hubberman, e Conceitos Elementares de Filosofia, de Martha Hannecker. (AMORIM, 1993).

O próprio Professor, em seu livro, confirma parte dessa bibliografia, porém como já foi exposto, no momento do contato com estes subversivos, entre 1971 e 1975, ele já era bastante instruído intelectualmente. Além disso, a própria influência é questionada, no sentido de ter sido inferior às expectativas geradas nos presos comuns: “Dessa vez, as condições eram ainda mais favoráveis: tínhamos a experiência de outros contatos, estávamos organizados, desejávamos ampliar nossa pequena biblioteca, queríamos aprender. Mas eles não perceberam — ou não quiseram perceber — a oportunidade de convivência.” (LIMA, 1991).

O que esta fala de William sugere é que entre os presos comuns existiam os que queriam experimentar uma aproximação mais intensa com os presos políticos, principalmente no que se refere à partilha de livros e saberes; entretanto, segundo o que relata, esse sentimento não foi correspondido pelos militantes presos. Parte da frustração em relação a esse convívio que não atendeu às expectativas é em razão das anteriores, e bem sucedidas, experiencias ao qual William havia experimentado com os marinheiros em 1964, o que segundo ele, não se repetiu em 1971, quando se juntou aos guerrilheiros.

Além do ensinamento involuntário através do exemplo, Amorim diz que da interação entre ambos; bastante conhecimento tático, estratégico e militar também fora transferido, sobretudo no que se refere a assalto a banco, prática ao qual todos os confinados naquela galeria possuíam em comum, exceto os inocentes. “A experiência da luta armada foi mesmo transferida aos bandidos comuns lentamente, no convívio eventual dentro das cadeias, tanto na Ilha Grande quanto no Complexo Penitenciário da Frei Caneca. Mas foi na Ilha que esta relação se tornou mais produtiva para o criminoso comum.” (AMORIM, 1993).

Amorim cita diversas táticas utilizadas pela guerrilha para melhorar seu desempenho nas expropriações, evitar baixas e aumentar os rendimentos, como a prática de assaltar simultaneamente vários bancos localizados próximos, já que o risco seria o mesmo; a marcação precisa do tempo para terminar a ação no exato momento em que o sinal do trânsito estivesse verde, evitando trânsito indesejado que pudesse dificultar a fuga; a presença de guerrilheiros a paisana que não interagiam no assalto mas tudo observava e se mantinham prontos para agir caso necessário, sobretudo do lado de fora da agência; a tática de estacionar o carro de fuga na esquina do banco e não imediatamente na sua frente, dificultando a identificação do veículo; a realização do tratamento dos feridos em combate em pequenas clínicas médicas sem segurança facilmente invadidas pelos assaltantes, que mantinham seus funcionários sob ameaça para que realizassem os cuidados necessário, o que aumentaria as chances de cura. Após a exposição destas estratégias, o jornalista afirma: “Tudo isso foi "ensinado" aos presos comuns dentro das penitenciárias, nas longuíssimas conversas de quem

não tem nada a fazer, a não ser matar o tempo. O que os bandidos comuns fazem hoje é uma paródia das técnicas da guerrilha urbana.” (AMORIM, 1993).

Devido ao elevado nível de aceitação popular da versão do Comando Vermelho ter surgido por influência dos presos políticos obteve, a obra de Amorim passa a ser uma espécie referência no assunto. Quem depois dele se arriscou a trabalhar o tema das origens da organização criminosa de uma forma ou de outra, teve que ler o que este jornalista escreveu, seja para a obtenção de informação e posteriormente reprodução das ideias ali expostas ou para tecer críticas à concepção dominante por ele propagada.

Reflexo dessa interpretação pode ser vista em Elizabeth Leeds (1998), que em seu trabalho “*Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”,* argumenta que os presos políticos levaram para o cárcere sua forma de organizar-se e suas ideologias esquerdas, e através do convívio esses valores foram transmitidos aos assaltantes comuns, que passaram a se denominar “O coletivo”. A autora diz que: “O coletivo adotou a forma organizacional e parte da ideologia anti governista dos prisioneiros políticos (...) Também adquiriram, com os prisioneiros políticos, princípios de organização política e uma consciência coletiva até então inexistente no sistema prisional brasileiro” (LEEDS, 1998).

Uma narrativa totalmente de acordo com o que produziu Carlos Amorim, corroborando suas conclusões. Leeds escreve também a respeito do nome ao qual o grupo dos presos comuns ficaram conhecidos: “O Coletivo integrou-se ao restante da população carcerária e ficou conhecido como “lei de segurança”, provavelmente porque mantinha a ordem entre essa população punindo os companheiros que cometessem furto e estupro” (1998). Entretanto, suas conclusões vão em desacordo com o que escreve William, que atribui o apelido do grupo à Lei de Segurança Nacional de 1969 que os haviam enquadrado.

Quem também seguiu essa linha de raciocínio foi Hugo Santos (2007), doutorando em geografia pela Universidade Federal Fluminense. O autor é favorável à narrativa tradicional do CV como aprendizes dos presos políticos, “a ideia era reproduzir dentro do presídio a estrutura da tradição guerrilheira”. Santos afirma, que com os militantes, os presos comuns tomaram conhecimento de valores como a luta, resistência e a importância da organização e planejamento. Tais conhecimentos influenciaram tanto na estrutura do grupo, que passavam a atribuir funções e dividir tarefas, quanto no sucesso posterior na execução de assaltos e sequestros, práticas supostamente aprimoradas devido ao compartilhamento de estratégias de guerrilhas e expropriações por parte dos presos políticos.

> A consciência coletiva é um fenômeno ideológico que contaminou a mentalidade dos presos "comuns" da Galeria B; Apreendida com os

> militantes de esquerda, é o conhecimento de luta e de resistência que irá sobressair, não somente em relação à inclusão da estrutura coletiva (obrigações políticas, secretarias, dirigência, tarefas internas...), como também ao aparecimento das técnicas da luta armada para os "presos comuns" (seqüestros e assaltos milionários bem elaborados) (SANTOS, 2007).

O que chama atenção no que produziu Santos é o protagonismo ao qual recebeu o trabalho de Carlos Amorim em detrimento de William, que quase não aparece como fonte. Em alguns pontos a concordância ao qual Santos concede a Amorim é espantosa, como por exemplo, na parte em que se refere ao primeiro contato entre os dois grupos na Ilha Grande. Assim escreveu Amorim em 1993:

> Durante um bom tempo, os dois lados da Galeria B se estranharam. Os presos políticos eram chamados de "bacanas". Uma designação perigosa. Na linguagem do crime, "bacana" é sempre a vítima potencial. Com esse primeiro round, quase dá certo a idéia de que os presos políticos seriam engolidos pela massa e submetidos à lei do cão. O sistema apostava que logo começariam os conflitos, e os revolucionários perderiam na queda-de-braço com a massa de criminosos do presídio. Mas alguns dos militantes detidos fizeram valer a força do carisma, impuseram currículos impressionantes como o do padre Alípio. Além do mais, os presos políticos entravam na cadeia como autores de "crimes de homem", violência armada, seqüestros. (AMORIM, 1993).

E assim descreveu Santos, duas décadas depois, com enorme fidelidade:

> Embora a massa carcerária do presídio tenha ficado desconfiada, estranhando os "bacanas" (como eram conhecidos os militantes de esquerda), pois o sistema apostava num conflito que poderia ocorrer, alguns militantes fizeram valer a força do carisma, impondo currículos impressionantes como "crimes de homem", violência armada e seqüestros. Aos poucos, foram ganhando um certo respeito. (SANTOS, 2009).

Nas duas obras citadas, Leeds(1998) e Santos (2007), William exerce papel de coadjuvante na tentativa que os autores traçaram para descrever os fatos que ele mesmo vivenciou, liderou e escreveu sobre, estando limitado a notas de rodapé; enquanto utilizaram-se do jornalista Carlos Amorim como principal fonte e autoridade no tema. No caso da Elizabeth Leeds, atribuo sua confusão a respeito do nome LSN fruto do não entendimento a respeito do que produziu o Professor. Considera-se que esse baixo nível de interesse na obra do Professor e a valorização do que produziu Amorim, com quase ausência absoluta de questionamento, foi essencial para que no material produzido por ambos estivesse presente o reforço da versão tradicional produzida por militares e jornalistas e divulgada no livro de Amorim, o qual demonstra um baixo rigor científico.

Entretanto, houve quem discordasse do Amorim e propusesse um outro olhar. Dentre os que trabalharam de forma crítica em relação a concepção dos jornalistas, temos a historiadora Cátia Faria, que em sua dissertação de mestrado analisou a história da luta armada e dos presos políticos na época da ditadura, acabando por encontrar nesse caminho o mito do surgimento do Comando Vermelho ligado aos guerrilheiros presos (2005). Suas pesquisas e conclusões sobre o tema foram divulgadas também em alguns artigos publicados posteriormente a sua dissertação. Sobre a origem do CV estar vinculada aos "subversivos", Faria diz que se tratava de uma narrativa que visava desmoralizar os movimentos de resistência perante a opinião pública, responsabilizando-os pelo cenário de violência ao qual o Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, se encontrava: "Impingir mais uma derrota às esquerdas seria o primeiro objetivo. Não bastavam as prisões arbitrárias, o banimento, as torturas, os "desaparecimentos" e as mortes, a culpa do aumento da criminalidade seria delas" (FARIA, 2008).

Autora diz que se houve de fato alguma influência, foi no sentido de organização e busca por melhores condições dentro da prisão e não fora dela. Ela diz também, que os "subversivos" não ensinaram aqueles presos a assaltarem bancos, pois se estavam eles reclusos enquadrados no artigo 27 da LSN é porque já praticavam esse crime (FARIA, 2008).

Já o sociólogo Michel Misse, em sua tese de doutorado *MALANDROS, MARGINAIS E VAGABUNDOS & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro* (1999), traz uma série de entrevistas, tanto de presos políticos quanto das lideranças do Comando Vermelho, e as contrapõem ao que produziu Amorim. Como resultado, minimiza a influência dos presos políticos sobre os da LSN e atribui o surgimento do grupo ao levante contra as violências existentes no presídio.

Para não repetir os erros de Leeds e Santos, foi levado em consideração o que escreveu William em consideração, e analisado sua produção, com o suporte das produções acadêmicas citadas, com a ressalva de que talvez por estar contando os acontecimentos a partir do seu ponto de vista, possa haver juízos de valor, ocultação de fatos importantes e uma supervalorização de assuntos que lhe agradem; ainda assim, tais peculiaridades não inviabilizam sua fala, apenas exige uma maior atenção da pesquisa que está sendo realizada. O objetivo é recontar a história do surgimento do Comando Vermelho, bem como apontar, caso exista, elementos que contribuam para o fenômeno ao qual viverá mais tarde Meio-Quilo, que é a existência de figuras marginais, bandidos perseguidos e condenados pelo Estado, mas que em suas relações sociais são sujeitos respeitados, admirados, queridos e em certos pontos até seguidos como exemplo.

A partir do convívio entre ambos, inicialmente surgem alguns conflitos, sobretudo em relação ao descontentamento dos presos políticos em relação a forma como estavam sendo tratados pelo regime, sem nenhuma diferenciação em relação aos demais infratores da LSN, tendo sua identidade enquanto preso político negada, conforme é retratado por Cátia Faria (2008).

> Não admitindo a existência de presos políticos no Brasil, a ditadura também não reconhecia o caráter político de sua prisão. À legislação, que descaracterizava as ações armadas praticadas pelos guerrilheiros, somava-se o total desprezo pela condição dos presos políticos, obrigando-os a travar uma série de lutas dentro das cadeias para terem sua identidade reconhecida." (FARIA, 2008).

Dentro do contexto das lutas a serem travadas pelos presos políticos em prol do reconhecimento da motivação política de suas ações, decidiram eles por serem isolados dos demais presos da LSN por uma grade, que dividia a galeria ao qual estavam reclusos, obra realizada após um desentendimento entre os dois grupos que antes conviviam juntos (FARIA, 2005). Entretanto, o "total desprezo" pela sua condição os colocava na temida realidade de ser tratado igualmente os demais presos; embora o espanto da historiadora não seja com as condições ao qual a massa carcerária estava exposta – estupros, agressões, tortura, isolamento do continente, assaltos, homicídios, baixa qualidade da infraestrutura do presídio, falta de recursos básicos como colchões e sabonete, intimidações por parte dos guardas e demais detentos que contribuíam com o cenário de terror denunciados por William em seu livro; mas o absurdo que era homens letrados, instruídos, estudantes de direito e demais guerrilheiros serem tratados com o mesmo descaso e violência que sempre foram designados a população marginalizada brasileira. A repercussão da violação dos direitos humanos cometidos na ditadura militar é totalmente seletiva e elitista, pois o ineditismo não são as práticas humilhantes e violentas empregadas por agentes públicos, práticas estas que aliais nunca deixaram de existir, como afirma Soares (2010) no texto *Tortura no Brasil, uma herança maldita*, mas o fato de agora incluir entre seus alvos a classe média, historicamente isenta da violência do Estado: "Trata-se, no entanto, de salientar que a condenação à tortura é elitista, pois muitos que condenaram, chocados, a violência da repressão política atingindo políticos, estudantes e profissionais liberais, silenciam sobre "o resto" (SOARES, 2010).

Contudo, a respeito da divisão da galeria, os da LSN desaprovaram a atitude dos presos políticos, segundo Professor, a razão pela qual exigiram o isolamento dos demais presos era política:

> Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade

> para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós (LIMA, 1991).

William reconhece a importância de tal isolamento, embora não acreditasse que essa seria a solução definitiva para que conseguissem atingir o objetivo do reconhecimento, por parte dos considerados subversivos, mas o descontentamento permanecia: "tinham suas razões, mas não éramos obrigados a aceita-la" (LIMA, 1991).

1.5 Unidos Pelo Sofrimento.

Mediante do preso comum Nelson, William recebeu o convite para se juntar a um coletivo que visava o fortalecimento dos presos e a soma das forças contra os problemas que afetavam a todos; a repressão e o confinamento. Na Galeria B da Ilha Grande, especificamente aos fundos dela - Fundão, entre os presos da LSN que não tinham vínculo com partidos políticos surgem os primeiros passos do que viria a ser o Comando Vermelho. Unidos pelo sofrimento e organizados em prol de dois principais objetivos: sobreviver e fugir. Táticas estratégicas foram adotadas para atingir o objetivo de amenizar os sofrimentos e desafios do cárcere, dentre elas, a ocupação das celas de modo a haver ao menos um detento que recebesse visita do continente e ganhasse suprimentos. Dessa forma, os alimentos e materiais de higiene arrecadados eram distribuídos para todos, inclusive àqueles que não recebiam visita ou cuidados materiais. Prática idêntica a adotada pelos seus vizinhos do outro lado da grade, entretanto, como argumenta Faria (2005) a adoção dessa prática não surte efeito no que se refere a assaltar bancos, trata-se simplesmente de uma maneira estratégica para resistir ao cárcere e amenizar o sofrimento inerente à privação da liberdade. Deu-se início também a um projeto de leitura, onde eram lidos livros como "*a guerrilha vista de dentro*" e "*A história da riqueza do homem*" (LIMA, 1991).

Com a consolidação dos presos comuns em um grupo cada vez mais sólido e consciente de si, mais desaprovada era a existência da grade que os separava. Para William, uma grande oportunidade de interação estava sendo perdida e a tradição de mutualismo histórico entre presos políticos e comuns – como o próprio havia desfrutado anos antes – quebrada (LIMA, 1991). Ao contrário, o clima de rivalidade aumentava, de um lado dizia-se em seus documentos *"Somos 30 presos políticos"*, e do outro respondiam em tom de provocação e mágoa *"Somos 90 presos proletários"* (LIMA, 1991).

Portanto, é extremamente pertinente o questionamento a respeito de quão intenso e renovador este encontro na Ilha Grande foi. Ao analisar a vida singular do Professor, fica evidente o efeito intelectual e político dele, por meio do contato com presos políticos; mas não necessariamente com aquele enquadrados na LSN no artigo 27, e sim com os marinheiros e demais ativistas ao qual teve contato nos primeiros anos da ditadura, que poderia inclusive ter acarretado na inserção de William no mundo político. É justamente por seus encontros bem sucedidos anteriores a Ilha Grande com presos políticos, que a frustração e desaprovação em relação a grade que os dividia era maior.

Já no ano de 1974, William cresceu no grupo de coordenação interna do Fundão e já estava entre os integrantes que dialogavam e negociavam melhorias diante a administração do presídio. Dentre as reclamações, estava a reivindicação de melhores tratamentos aos visitantes, melhoria na alimentação, direito a circulação na galeria e pelo fim da violência e abusos físicos (LIMA, 1991).

O Coletivo dos presos comuns foi ganhando forma e ficando mais audacioso, em 1974 redigiram uma denúncia formal em protesto a morte de dois presos que haviam sido abandonados na frente do portão principal do presídio, após terem sido espancados por guardas depois de uma fracassada tentativa de fuga. Com a ajuda dos presos políticos o documento circulou fora do presídio, chegando até ao exterior.O resultado foi a punição de diversos guardas penitenciários e integrantes da Polícia Militar (LIMA, 1991).

Além de uma forte demonstração de organização e resistência por parte do pessoal do Fundão, que recorria ao viés da argumentação e da escrita para atingir seus objetivos, o episódio nos sugere que a relação entre “presos políticos” e “presos proletários” não estavam completamente extinta, existindo ainda cooperação entre eles. Outro exemplo, é a utilização da greve de fome como mecanismo político e de reivindicação dos seus direitos, prática que os “subversivos” fizeram uso e mais tarde foi adotada pelos da LSN. É muito difícil quantificar o grau de influência que um grupo exerceu sobre o outro, porém negá-lo por completo é um equívoco. Contudo, o surgimento do Comando Vermelho deve-se muito mais a forma de como reagiram as violências que estavam submetidos e como lidaram, de forma coletiva e com enorme demonstração de organização e união aos desafios que o cárcere lhes proporcionaram. Tanto é que, a partir de 1975, os presos políticos começaram a deixar a Ilha Grande, processo que se encerra logo no ano seguinte (FARIA, 2005), mas a luta dos da LSN permaneceu.

Entre as violências que afetaram os detentos, os agentes e carcereiros não eram os únicos autores. É descrito pelo Professor o cenário tenso e ameaçador que pairava sobre a Ilha

Grande, tendo os próprios presos, organizados em falanges, como principais difusores do pânico:

> O ambiente era paranóico, dominado por desconfiança e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus companheiros. Piores que os guardas, esses presos violentos eram ali colocados, estrategicamente, por uma administração que tinha todo interesse em cultivar o terror (...) Matava-se com freqüência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria Polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito (...) Mas o maior inimigo da massa da Ilha Grande era, na época, ela mesma, que estava dividida e dominada pelo terror. (LIMA, 1991).

Já consolidado, o grupo, ainda sem denominação, começou a estabelecer medidas de convivência entre os presos e a primeira já veio com pretensões históricas, escreve William que a partir daquele momento o Coletivo decretava que "As incompatibilidades pessoais deveriam ser deixadas de lado, para serem resolvidas na rua, pois era preciso criar, entre nós um ambiente tranquilo, que nos fortalecesse diante da repressão" (LIMA, 1991). A partir disso estipulava-se que "Assalto, estupro ou qualquer forma de atentado estavam banidos. Uso de armas, só para fugir, se surgisse ocasião. Ou melhor: se conseguíssemos fazer a ocasião.". (LIMA, 1991). Nesse trecho revela-se os principais objetivos do Comando: sobreviver e fugir.

A nova regra da não violência entre presos compôs mais tarde o estatuto do Comando Vermelho, que em seu Artigo 4 estipula que desavenças ou guerras particulares dentro do presídio não serão mais toleradas, pagando com a vida o "amigo que atentar contra a vida de outro amigo" (PORTO, 2007).

As novas regras estabelecidas foram postas a prova, quando um preso agredia a outro, descumprindo as novas leis. A cobrança foi feita pelos membros do Fundão, que aplicaram a pena de morte ao detento que continuava com as antigas práticas; segundo William, apenas difundiam o terror entre os próprios presos. Esse fato ocorreu simultaneamente ao período de anistia, onde apenas os presos políticos foram beneficiários, o que gerou enorme descontentamento por parte dos presos comuns. Visto que haviam sofrido as consequências negativas da LSN, no sentido de ter suas penas agravadas, nesse quesito enrijecimento da pena, fez valer a existência de um único grupo, sem distinção. Entretanto, no processo de anistia os presos foram novamente separados, deixando desassistidos os presos comuns, que protestaram e reivindicaram igualdade de tratamento. Mas os argumentos dos da LSN foram enfraquecidos perante a opinião pública, quando eles executaram o preso que havia infligido suas novas regras de não violência entre os presos. William revela que neste

momento houve muita dúvida em relação a qual atitude tomar: deixar o infrator impune e ter sua palavra desafiada sem tomar providencias ou executar o adversário e se prejudicar perante a negociação que poderia resultar na liberdade dos envolvidos? A primeira opção desmoralizaria o grupo perante os demais presos, enquanto a segunda poderia prolongar a permanência de todos no presídio. Por fim, escolheram honrar com sua palavra e mandar um recado aos demais presos, deixando claro que os da LSN não estavam brincando e os tempos de violência entre presos estavam extintos, sendo a morte a recompensa para quem desafiasse essa regra (LIMA, 1991).

Nas palavras do Professor nada pode se extrair que indique claramente que a intenção dos presos comuns era a criação do crime organizado, para que pudessem praticar crimes com maior eficiência. A respeito deste posicionamento que visava extinguir a violência entre presos, escreve ele:"Não suspeitava, então, que, anos depois, da resistência a essa situação, começaria a nascer na Ilha Grande um novo estado de espírito entre a massa carcerária" (LIMA, 1991). Que novo estado de espirito seria esse? Segundo Leeds (1998), entre eles passava a surgir uma consciência coletiva inédita e destacava a adoção do termo 'coletivo' para se denominarem

De fato, o Coletivo passava a agir de forma organizada e como uma unidade, zelando por seus companheiros (LIMA, 1991). Entretanto, Leeds (1998) atribui esse fenômeno aos presos políticos, que teriam ensinado princípios de organização política durante a convivência; enquanto O Professor manifesta em seu livro que o fator que impulsionou a solidariedade e o companheirismo entre eles seria o sofrimento comum a todos. Um exemplo, é manifestado no contexto das lutas travadas pelos da LSN que almejavam melhores condições, e nessa jornada acabaram por potencializar a raiva por parte dos agentes, que respondiam com mais violência e descaso. "A repressão se acentuou. Rasparam a cabeça de três companheiros. Em resposta, raspamos as nossas também, formando uma galeria de noventa carecas solidários" (LIMA,1991).

A luta contra a violência e a repressão uniu aquelas pessoas em torno de objetivos comuns, fazendo surgir valores como a solidariedade e o companheirismo. Trata-se de uma demonstração de organização e unidade, é o grupo reagindo como um só, ampliando sua força perante a repressão da cadeia.

Ao longo do livro de William, o grupo ao qual ele integra e lidera é referido por ele como "Coletivo", "Os da LSN" ou "Lei de Segurança", "Fundão", "Cooperativa" e "Falange LSN"; já o termo Comando Vermelho não foi um nome escolhido ou adotado por

eles, mas segundo escreve William, emposto por militares e difundido pela mídia. O nome a princípio gera descontentamento no Professor:

> Estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente demonizados. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também vermelhos, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não, vivera-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade. (LIMA, 1991)

Dessa forma, William estabelece que a adoção do Comando Vermelho, como bode expiatório, serviria ao pressuposto de justificar e empregar os aparatos repressivos desenvolvidos durante a ditadura militar, para neutralizar os guerrilheiros urbanos e que desde o fim da guerrilha estava sem ocupação, porém, ativo.

A respeito da criação do CV, William reforça que a intenção nunca foi de criar uma organização, e que o Comando Vermelho significava antes de tudo um comportamento.

> O que eles chamavam de Comando Vermelho não poderia ser destruído facilmente: não era uma organização, mas, antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver na adversidade. O que nos mantinha vivos e unidos não era nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas sim a afetividade que desenvolvemos uns com os outros nos períodos mais duros das nossas vidas. Como fazer nossos carcereiros (ou mesmo a sociedade) acreditarem nisso?(LIMA, 1991).

Leeds (1998) fala da existência de um caixa coletivo, espécie de “vaquinha” para financiar fugas. Quem também fala sobre a caixinha é Amorim,onde supostamente, uma certa quantia adquirida nos assaltos era revertida em recursos para financiar fugas. “Saldanha (...) Durante sete meses, ele organizou a quadrilha e "retomou" muito dinheiro dos bancos do Rio. Recolheu fundos para a caixinha do Comando Vermelho entre outros assaltantes” (AMORIM, 1993).

Entretanto, o Professor nega a existência deste fundo e diz que o que impulsionou a utilização de parte do dinheiro adquirido com os assaltos, foi solidariedade e não destinação de 10%.

> De volta à rua depois de longos anos de sofrimento, eu e alguns companheiros sentimos necessidade de ajudar quem havia ficado na cadeia. Mais uma vez, um gesto normal de solidariedade não tardou a ser apresentado à opinião pública de forma distorcida: segundo os jornais, formara-se um pacto, pelo qual se destinavam 10% dos assaltos para o financiamento de fugas. (LIMA, 1991).

Reforça a solidariedade como impulsora, em relação a quantias arrecadadas afirma: “A ajuda recebida na cadeia nunca ultrapassou aquele mínimo necessário para

diminuir a miséria. Infelizmente, nunca contamos com montanhas de dinheiro para financiar fugas" (LIMA, 1991).

1.6 Considerações Sobre o Comando Vermelho.

Em determinado momento, Amorim diz em seu livro, que se os militares soubessem da interação e efeito que o convívio entre presos comuns e os guerrilheiros surtiria **"**certamente os juristas do regime militar não teriam editado o Artigo 27 da LSN" (1993), manifestando de forma clara que atribui a origem do CV ao convívio compartilhado; ou seja, sem essa experiência do cárcere aqueles homens reclusos nunca se organizariam em torno dos seus objetivos enquanto um coletivo, deixando claro o protagonismo que concede aos guerrilheiros, como ele mesmo escreve "O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho" (1993). Entretanto, após as análises do que produziu o Professor, fica evidente que o que impulsionou o surgimento do grupo não foram os subversivos, mas os guardas, a direção, presos pertencentes a outras Falanges que a sua maneira contribuíam para o cenário de violência, terror e opressão vivenciados no Caldeirão do Diabo. O CV surge como um movimento de resistência em oposição aos excessos e descaso cometidos no Instituto Penal Cândido Mendes. Ele não é fruto da interação entre presos comuns e presos políticos, mas a consequência de uma ação organizada e coletiva que uniu os presos em torno de objetivos comuns, gerando assim uma coletividade que lhes concedeu maior força.

Os da LSN aprenderam a assaltar bancos com os presos políticos? Faria negação essa afirmação ao dizer que a prática já era utilizada pelos presos comuns, por isso estavam ali, enquadrados no já citado artigo 27 da LSN de 1969 que tratava sobre assaltos a instituições financeiras (2008). Mas o argumento do Amorim é que através do convívio, técnicas de guerrilhas foram passadas, o que levou a um aperfeiçoamento do crime. Segundo Amorim (1993), "Dos 28 assaltos a banco nos três primeiros meses de 1981, 24 são atribuídos ao Comando Vermelho", com isso, concluíram que "A incrível seqüência dessas ações e a coincidência de método levam o governo do Rio a imaginar que a esquerda armada se reagrupou, renascendo das cinzas sopradas pela anistia". Entretanto, no livro do William nenhuma parte menciona que tal experiência foi transmitida entre os detentos, o próprio Professor também não dá detalhes a respeito dos roubos que cometeu após o contato com esses presos políticos, embora confesse ter recorrido a prática para garantir sua sobrevivência fora do presídio. Porém, afirma que a quantidade de assaltos cometidos pelo Comando

Vermelho era imensamente menor do que a quantidade de assaltos a eles atribuídos pelos jornais. “A imprensa atribuía a nós — Comando Vermelho — todos os assaltos a bancos, e logo o nome caiu em uso comum” (LIMA,1991).

Será que através do exemplo, de forma intencional; ou por meio do diálogo e convencimento; os da LSN aprenderam a se organizar como os guerrilheiros? Se sim, as influências terminam aí, pois as pautas defendidas pelos LSN eram próprias, e estavam relacionadas com os próprios desafios aos quais tinham que lidar. Portanto, visavam seus interesses enquanto grupo, enquanto encarcerados. Leeds (1998) traz a fala de um preso político (que teve sua identidade preservada) que esteve recluso junto com os da LSN, nela ele afirma que “Havia ali um enorme potencial para revoltas”, porém manifesta descontentamento com os efeitos políticos nas ações dos presos comuns: “não veio a ser uma revolta contra o sistema, mas uma revolta para conquistar o que o sistema tinha a oferecer”. Mas esse tipo de frustração só existe, se por acaso, projetarmos posicionamento político e obrigações em relação a essa agenda, ao qual os prisioneiros comuns deveriam cumprir, e definitivamente não foi isso que surgiu dos LSN; cujo se organizaram e uniram forças em torno de outros objetivos, os principais eram a sobrevivência e a fuga. Não se trata de negar a influência dos subversivos, pois como já visto, ela existiu. Trata-se, portanto, de não reproduzir os mitos criados e difundidos por um setor pouco compromissado com as fontes e evidências. Mas também de perceber os motivos e compreender de fato quem foram os homens que fundaram o Comando Vermelho, e porque o fizeram; e essas respostas só podem ser esboçadas com um entendimento a respeito da situação e das lutas deles, sendo justamente episódios como o do “90 carecas solidários” e a sagacidade, inteligência e ousadia de William em redigir textos e por meio deles, da violência e punhos quando necessário, desafiar as autoridades do presídio em busca de melhor condição de vida dentro da prisão, que mostra a força do coletivo, a solidariedade, a importância da união e a consciência coletiva, elementos que compõem o “novo estado de espírito entre a massa carcerária”; citado por William, que aos poucos vai se espalhando para demais presídios. É dessa organização que surgirá Meio-Quilo, bandido querido e adorado até por quem nunca empunhou uma arma.

Por ser o Professor, um agente envolvido diretamente nesse processo, é possível que suas memórias estejam contaminadas pelo tempo e por fatores emotivos, que acabariam se manifestando numa representação tendenciosa. De fato, se não nos atentarmos a isto, pode-se tirar conclusões ingênuas de que o Comando Vermelho é a mais cordial das organizações, quando na verdade estamos relatando neste capítulo o surgimento de uma organização criminosa, que ao longo da sua existência atuou de diferentes formas; sendo a primeira delas a

organização dentro do presídio para sobreviver. Mais tarde ela estaria ligada ao assalto a banco e ao controle da venda do tráfico nas favelas cariocas, contexto ao qual surgirá Meio-Quilo. Ainda assim, o termo solidariedade aparece nove vezes nas memórias de William em contextos diferentes, o que demonstra sua ênfase no processo de formação da organização, ao menos nas memórias de um dos seus líderes. Não se trata de uma organização altruísta, mas sim, de uma organização em torno do interesse coletivo da sobrevivência e da fuga. E para isso adotaram a união como estratégia, banindo atos de violência gratuita entre presos e direcionando as tensões, segundo seu ponto de vista, contra os seus verdadeiros inimigos, a direção do presídio. Hobsbawm (1975) chega a citar sobre manifestações do banditismo onde o uso da violência era destinado com moderação e somente aos inimigos do grupo, não oferecendo perigo a população de uma forma geral, e ainda que este grupo fosse capaz de cometer atos de violência, entre eles seguia existindo a solidariedade.

Dentro do presídio, sem dúvida, o Comando Vermelho utilizou da violência contra seus inimigos; sobretudo contra a Falange do Jacaré, aquele que comandava o presídio antes deles e conservavam as práticas violentas contra presos abominadas pelo Comando Vermelho. Mas o uso da força só era aprovado pelo CV em momentos como estes, jamais como procedimento padrão. Entre os presos preservava-se o respeito e o companheirismo, segundo William.

CAPÍTULO 2 – MEIO QUILO E O ASSISTENCIALISMO NA FAVELA.

2.1 – Paulo.

Paulo Roberto de Moura Lima, mais conhecido como Meio Quilo, foi o principal responsável pelo tráfico de drogas na favela do Jacarezinho; na época, uma das maiores do Rio de Janeiro (LEEDS, 1998). Ganhou destaque no ano de 1987 ao estampar dezenas de jornais após tentar fugir do presídio ao qual estava recluso e vir a óbito algumas horas depois, entretanto, o que chamou a atenção da imprensa foi a revelação de que ele mantinha um relacionamento amoroso dentro do presídio com Maria Paula Amaral, filha do Francisco Amaral, até então vice governador do Estado do Rio de Janeiro (AMORIM, 1993).

A jovem, quando soube que Paulo estava internado no Hospital Souza Aguiar, buscou informações a respeito de seu estado de saúde, e chegou a ser informada de que ele estava bem, poucas horas antes de receber alta e falecer no trajeto do hospital até o presídio. Para aumentar as desconfianças, somem as radiografias que o paciente havia tirado no Hospital Sousa Aguiar. Em sua defesa, o diretor do hospital, garante que o paciente estava bem quando foi transferido, caso contrário não receberia alta e permaneceria no CTI. Quanto à transferência, o diretor da Penitenciária Milton Dias Moreira, Paulo Dias Ribeiro, não sabia informar de onde havia partido a ordem de remoção (Jornal do Brasil,1987).

Paula, nos próximos dias, deu algumas entrevistas a jornais como o Jornal do Brasil (1987) e O Estado de São Paulo (1987), onde afirmava que Paulo havia sido assassinado e culpava, entre outros, o Estado do Rio de Janeiro, ironicamente representado, também por seu pai, Vice-Governador.

A respeito do Meio-Quilo, Maria Paula disse ao jornal de O Estado de São Paulo em entrevista publicada em 4 de setembro, que ele não fazia uso de drogas na sua frente e a aconselhava a não as usar (O Estado de São Paulo, 1987). Essa é justamente uma das características que Leeds (1998) destaca como pertencente a um “bom dono do morro”, desencorajar o uso de drogas aos jovens, não fazer uso desmedido da violência e ter preocupação com o bem-estar da comunidade.

O Estado de São Paulo, ao tratar de Paulo Roberto utilizou-se de diversas ironias, apresentando tentativas de desmoralizá-lo, ao mesmo tempo em que revelava falas de moradores do Jacarezinho ou pessoas ligadas a ele, que forneceram um contraponto, e

descrevem um homem virtuoso e preocupado com seu povo. Talvez por isso, é que a entrevista de Maria Paula não seja citada na íntegra, mas apenas, alguns fragmentos seguidos de explicações feitas pelo jornal; como no trecho a seguir, onde a jovem fala a respeito do sentimento de Paulo Roberto para com o Jacarezinho: "A preocupação dele era com a sua comunidade, carente e desgraçada", justifica Paula, que entretanto nunca foi à favela do Jacarezinho conhecer a mansão – cercada de casebres – na qual Meio Quilo chegou a morar" (O Estado de São Paulo, 1987).

Primeiro tem-se o posicionamento da Maria Paula, que por ter se envolvido amorosamente com Paulo Roberto, talvez possa ter deixado que seu julgamento fosse contaminado por seu sentimento, entretanto, ao expor a preocupação de Paulo Roberto com a sua comunidade, sua fala está de acordo com alguns outros moradores, que elogiaram Meio-Quilo e deram destaque às obras sociais por ele realizadas, como pode ser visto a seguir. Logo após a fala da moça, tem-se o posicionamento do Jornal, que embora de maneira sutil, tenta deslegitima-la ao dar ênfase ao fato dela nunca ter ido à favela ao qual dizia que Paulo Roberto tinha tanto apreço. Paulo Roberto, inclusive, também é alvo da crítica do jornal, que opõem à visão de líder preocupado com a citação de sua suposta moradia luxuosa em meio a casas empobrecidas.

A comunidade do Jacarezinho revoltou-se ao tomar conhecimento da morte de seu líder, a multidão se reuniu na entrada da favela aos gritos de: "ÊiÊiÊi, Meio-Quilo é nosso rei" na espera do corpo que vinha do IML, onde prepararam um velório digno à *sua majestade*. Entretanto, a Polícia Militar quando constatou a enorme crescente da multidão, chamou reforços e impediu a entrada do corpo na favela, além de exigir que a multidão se dispersasse, alegando que a manifestação estaria atrasando o trânsito na região. Ao serem confrontados, populares que haviam se reunido para prestar homenagem ficaram ainda mais nervosos e hostis à presença policial – acusada de não respeitar o direito ao luto – ao qual era chamada de assassina pela multidão. Não demorou muito para os confrontos entre os dois grupos se iniciarem, houve troca de tiros e um faxineiro que aparentemente não fazia parte da manifestação foi fatalmente atingido e acabou falecendo (Jornal do Brasil, 1987).

A imprensa da época produziu diversas matérias a respeito da morte de Meio Quilo, desde sua tentativa frustrada de fuga à pontos pouco esclarecidos a respeito da sua morte. Em virtude do tumulto posterior causado pela manifestação dos moradores do Jacarezinho, em protesto a perda de seu líder e do romance secreto que Meio-Quilo mantinha com Maria Paula Amaral (O Estado de São Paulo,1987).

A edição de 1° de setembro de 1987 do Jornal do Brasil, ao tratar da morte de Meio Quilo diz:

> O Jacarezinho está de luto. Cerca de 2.000 estabelecimentos comerciais fechados durante todo o dia e mais de 30 metros de faixas pretas amarradas aos postes manifestaram o pesar da comunidade pela morte de seu líder, protetor e ídolo – como moradores definiam Paulo Roberto de Moura Lima, o Meio-Quilo. (Jornal do Brasil,1987).

Os adjetivos escolhidos para descrever Paulo Roberto, impressionam e mostram que para entender quem foi esse homem, o que ele significava para o Jacarezinho e o tamanho de sua admiração precisamos considerá-lo para além da sua ocupação como traficante.

A favela decretou luto geral, o comércio fechou as portas em mais de 2 mil estabelecimentos; faixas pretas foram expostas nas ruas para expressar o pesar da morte de seu líder e benfeitor. Entretanto, segundo o mesmo jornal, nem todos os estabelecimentos foram fechados espontaneamente, e quem não o fez por homenagem a Paulo Roberto, fechou as portas por ordem dos integrantes do Comando Vermelho, e só quem concedeu entrevista aos jornais foram os que gostavam de Meio-Quilo, os demais ficaram calados (Jornal do Brasil,1987).

Um dos que se pronunciou foi o comerciante José Airton da Silva, que em sua entrevista ao Jornal do Brasil lamenta a morte do querido Meio-Quilo e diz: “tomar o morro é fácil: nossa preocupação agora é se quem ficar no comando vai manter a moral e a segurança que Meio-Quilo nos deixou” (1987). Dessa forma, a fala de José Airton nos revela a preocupação existente nos moradores em relação ao sucessor de Meio-Quilo, lembrado como um dono do morro que foi capaz de promover segurança aos moradores e comerciantes, de forma eficaz e gratuita. O que mais chama atenção, é que Meio-Quilo já estava preso há alguns meses e ainda assim, sua ligação como “comandante” do morro só foi rompida com sua morte, fazendo-se pensar que possivelmente, mesmo preso, de alguma forma ele ainda exercia certo tipo de controle e poder.

A edição de 6 de setembro de 1987 do jornal *O Estado de São Paulo*, traz uma reportagem a respeito das consequências da morte de Meio-Quilo, visitando o Jacarezinho, tirando fotos e colhendo entrevistas. É citado no jornal que mesmo após 1 semana da morte de Paulo Roberto, ainda podia identificar faixas de luto com os dizeres “mataram o nosso rei” a edição traz ainda uma entrevista com Santinho, presidente da associação dos moradores do Jacarezinho, que refere-se a Meio-Quilo como alguém que ajudava a “normalizar a comunidade”(1987). A mesma edição faz menção ao vereador Maurício Azêdo do PDT, que: “Subiu à tribuna da Câmara Municipal para enaltecer as qualidades do traficante Meio-Quilo.

Comparou-o ao final do discurso, a Wladimir Herzog, Stuart Angel, Carlos Marighella e Manoel Fiel Filho" (IDEM,1987).

O jornal continuou, embora desta vez mudando seu tom descritivo para um mais irônico e provocativo: "Por um lapso, esqueceu-se de comentar os 360 anos de reclusão aos quais Meio-Quilo estava condenado". Ao colocar o foco na quantidade de anos de reclusão ao qual Paulo Roberto foi condenado, o jornal tenta desqualificá-lo, assim como aquele que ousasse lhe homenagear, que só o poderia fazer sobre efeito de um lapso, jamais com suas faculdades mentais em funcionamento pleno.

O que se pode observar é uma diferença entre a representação de Meio-Quilo entre o "Jornal do Brasil" e o "O Estado de São Paulo", embora ambos teçam críticas a Paulo, o primeiro jornal ainda lhe atribui valores nobres ao lhe descrever: "líder, protetor e ídolo", embora deixe claro que quem assim o considera são os moradores do Jacarezinho. Já o segundo, desqualifica Paulo Roberto a todo momento, algumas vezes de forma sutil, de outra escancaradamente.

Algum tempo depois de sua morte, em mais uma demonstração de carinho e prestação de homenagem, a comunidade do Jacarezinho manda confeccionar um busto de Paulo Roberto, que pretendia ser exposto em praça pública na comunidade (LEEDS, 1998). O jornal O Estado de São Paulo fez questão em se pronunciar contrário ao artefato e sua exposição, acusando o prefeito Saturnino Braga de ser favorável extraoficialmente ao projeto da praça pública com o busto de Meio-Quilo, que foi assim definido: "anti-herói paparicadíssimo pela esquerda festiva (...) só porque o marginal tinha um romance com a filha do vice-governador do Estado"; a justiça impediu o projeto da praça pública (1987). O jornal relatou em tom de provocação e desdém a respeito de Paulo Roberto, a quem reduz os motivos pelo qual alguém o admiraria ao relacionamento amoroso que manteve, e não com a sua relação íntima com a favela do Jacarezinho, onde foi aclamado como rei. As manifestações em apoio e solidariedade à Meio-Quilo, por parte dos moradores do Jacarezinho, não foram em razão do seu romance com Maria Paula, mas sim da liderança que exercia dentro da favela. É justamente a respeito dessa relação que será abordado adiante.

Envolto em toda essa cortina de interesses e mistificações produzidas pela imprensa, existe a história de um homem. Paulo Roberto de Moura Lima, que embora seja apresentado com ambiguidade pelos jornais (um utiliza os termos "líder, protetor e ídolo" para descrevê-lo, enquanto outro ironiza quem o homenageia com base em sua condenação) seguiu querido o suficiente para levar 3.000 pessoas em seu enterro, além de deixar uma comunidade em luto. Como um criminoso condenado a mais de três séculos de pena pôde ser

tão adorado a esse ponto? Não só por comerciantes, favelados e líderes comunitários que se beneficiavam de certa forma com seu "governo", mas até mesmo por políticos como Maurício Azedo. Por que dói a morte de Meio-Quilo?

É importante ter em mente que quando o Comando Vermelho adota o tráfico de drogas como fonte de lucro, essa medida é tomada com uma série de estratégias para que possibilitasse a eficiência do negócio. Os primeiros anos da década de 1980 representam também a primeira geração de traficantes vindos dessa organização, e tinha como característica o cunho social e assistencialista que os grandes chefões dos morros adotaram (SIMAS, 2009). Dentro das medidas voltadas ao "trabalho social", está incluso a construção de creches, distribuição de comida e até botijões de gás roubado (MADEIRA, 2009).

Jorge Zambi, vinculado ao Comando Vermelho, que se auto intitula *ex-assaltante de banco*, concede uma entrevista ao Jornal do Brasil na edição de 10 de dezembro de 1984, onde algumas estratégias são apresentadas. Sua fala pode ser encontrada no livro do Carlos Amorim, jornalista abordado, sobretudo no capítulo 1 dessa pesquisa:

> Nós, ex-assaltantes de bancos que entramos no mercado do tóxico, catequizamos os favelados e mostramos a eles que o governo não está com nada e não faz nada para ver o lado deles. Então, nós damos alimentação, remédios, roupas, material escolar, uniforme para crianças e até dinheiro. Pagamos médicos, enterros, e não deixamos os favelados saírem de lá para nada. Até briga de marido e mulher nós resolvemos dentro da favela, pois não pode pintar sujeira para polícia não entrar. (JORNAL DO BRASIL, 1984 apud AMORIM, 2015).

Sua fala começa com o pronome nós, o que revela que Jorge Zambi não é o único a pensar dessa forma, e também não está sozinho na execução da estratégia por ele descrita. Esse grupo ao qual Zambi representa em sua fala é apresentado pelo próprio como "ex-assaltantes de bancos"; seria uma referência àqueles homens que a alguns anos antes, estavam confinados no presídio da Ilha Grande, que unidos pelo sofrimento e necessidade de sobrevivência deram origem ao Comando Vermelho? A hipótese ganha mais sentido pelo fato de Zambi ser integrante do CV. Valores como a união, solidariedade, companheirismo e o entendimento de que os companheiros de cela não eram inimigos; mas sim aliados, que juntos aumentavam a chance coletiva de sobrevivência e fuga, fizeram parte do surgimento daquela organização, poderiam alguns desses valores terem sobrevivido fora do presídio e se espalhado para as favelas ao qual esses homens ocuparam?

O sociólogo Michel Misse (1999), em sua tese de doutorado, chama atenção para a sensação entre moradores da favela a uma diferença de comando, entre os líderes do tráfico de drogas de uma primeira geração (entre 1983 e 1986) e a sua sucessora. Na concepção dos

moradores, a primeira geração era formada por “lideranças maduras, experientes, que tinham respeito”, enquanto a geração posterior, que se fortifica e ganha o lugar de antigas lideranças do Comando Vermelho que foram presos ou mortos, era marcada por “meninos, empolgados, muito violentos e sem respeito pelas famílias” (MISSE, 1999). Michel cita favelas que se enquadravam nessa concepção, e o destaque dar-se pela presença do Jacarezinho entre elas, onde Meio-Quilo seria o principal responsável até ser preso em 1986. Poderia a comoção entorno de sua morte ser um reflexo do sucesso da estratégia assistencialista e do respeito, maturidade e experiência ao qual os moradores sob seu domínio lhe atribuíam?

Na fala de Jorge Zambi, é possível destacar também a crítica ao qual é feita ao Estado e sua negligência para com os moradores das favelas. A partir disso, uma série de problemas sociais são gerados, e são nestas demandas não atendidas pelo poder público, que o Comando Vermelho se apresenta como uma instituição capaz de oferecer assistência e amparo. Teriam estes remédios, alimentos, dinheiro, material escolar, roupas, consulta médica e enterros custeados com o dinheiro do tráfico, ajudando a criar uma relação amistosa entre moradores e traficantes? Que, aliais, na maioria das vezes são também moradores?

A própria polícia não goza de amorosidade vindo da população empobrecida, historicamente alvo de sua repressão; ao contrário, muitas vezes são vistas com “maus olhos”, nesse sentido, sua presença é também rejeitada pelos moradores, ainda que sem envolvimento com o tráfico (SIMAS, 2009). Entidades com a incumbência de promover a segurança, no caso a Polícia Militar, é justamente vista de forma oposta, contaminada pela corrupção “perseguem e matam em vez de proteger” (LEEDS, 1998). Toda via o interesse em resolver os conflitos dos moradores é, na fala de Jorge, para evitar a presença da polícia, que poderia atrapalhar ou tornar mais caro o comércio da droga atacadista. Por isso, não era permitido qualquer tipo de ação criminosa que atraísse policiamento para o interior das favelas, dessa forma, o crime organizado estipulava que estava proibido o roubo, o homicídio, o sequestro e o estupro dentro da comunidade; sendo o transgressor dessas leis julgado pelo tribunal do crime e passível de sofrer a pena de morte, executada pelo próprio comando (FARIAS, 2008). Segundo Farias (2008), estas são algumas das regras que compõem as “Leis Gerais do Tráfico”. Portanto, não se trata apenas da preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida nos morros e favelas, mas sobretudo uma estratégia comercial que objetiva otimizar os lucros e minimizar os efeitos colaterais possivelmente nocivos ao negócio. O que não deixa de trazer benefícios aos moradores, como é expressado pelos cantores Cidinho e Doca numa introdução de uma música em um show que realizaram no Jacaré:

> As vezes, muita gente grita Comando Vermelho, mas pouca gente sabe que o Comando Vermelho foi fundando em 1969, no presídio de Ilha Grande, por Rogério Lemgruber e os demais irmãos que estavam presentes e privados da liberdade no momento. E foi fundado contra o massacre, contra a tortura, contra o maus tratos à comunidade carcerária. Ai um montão fala, "não, pá, comando e pá" Mas não sabe a luta que os amigo do Jacaré vai ter amanhã quando não tiver mais baile, quando tiver todo mundo nas suas casa e só quem é da guerra vai tá na pista.(Renan2008lostt, 2009)

A essa informação dada por Cidinho, MC Doca completa em seguida da seguinte forma:

> Ô Cidinho, posso contar só uma coisa?! Eu lembro que o meu pai, tá ligado, que Deus o tenha, falava pra mim que antigamente, antes de concluir a fundação do Comando Vermelho, antes de tá tudo certo, era mó caô, mermão. Sabe por quê? Vagabundo pulava na casa dos outro e roubava fogão, roubava bojão, levava até a roupa na porta (...) hoje não, hoje em dia tu mora na favela tranquilão, tá ligado, tu pode dormir com a tua porta aberta, sabendo que o cara pode até ir lá e roubar, mas se for pego... (Renan2008lostt, 2009)

Por fim, conclui Cidinho que "Hoje em dia não (...) Ladrão é doido, mas não é burro" (Renan2008lostt, 2009). Presente nas falas dos artistas, sobretudo na de Cidinho, podemos identificar a presença de uma narrativa a respeito da fundação do Comando Vermelho, associada à luta travada pelos reclusos da Ilha Grande contra as violências sofridas. De alguma forma, essa narrativa manteve-se viva na cultura popular e se fez presente em algumas letras de funk, sendo a influência dos guerrilheiros desprezados, ao contrário da versão tradicional – presente na mídia e em relatórios militares; o que é valorizado é a união e a resistência articulada pelos que se encontravam reclusos, que foram motivados, não por marxistas, mas pelas injustiças aos quais estavam expostos.

Já o relato prestado por MC Doca, a respeito do que dizia seu pai antes da fundação e instalação do Comando Vermelho nas favelas, representa o ponto de vista de um morador capaz de enxergar benefícios na presença e forma de controle da facção, que por meio da sua política de intolerância ao roubo proporciona aos moradores uma tranquilidade e confiança de que suas casas não serão assaltadas.

O relato de Doca dá embasamento para Leeds (1998), que em sua pesquisa afirma de uma forma geral que a comunidade se beneficia, na relação com os traficantes ao receber, em troca do seu silêncio, uma proteção contra roubo, estupros e demais formas de violência. Além da segurança interna, são comuns relatos que evidenciem outras formas de benefício, como a construção de creche, distribuição de alimento e brinquedo, despesas médicas, todos

serviços que não são prestados pelo Estado, ou o é de forma ineficaz, que são ofertados pelo "movimento" (LEEDS, 1998).

A entrevista de Jorge Zambi é importante, pois revela uma estratégia em relação ao modo de agir e se comportar diante os moradores, desenvolvida pelo Comando Vermelho e observável na prática com Meio Quilo. Porém, por si só essa estratégia não é suficiente, pois o sucesso dessa relação, dono-do-morro-favela, depende das habilidades, personalidade, estilo de liderança e filosofia pessoal da figura a frente do tráfico. Paulo Roberto, quando morto, foi querido o suficiente para levar uma multidão em seu velório; entretanto, o homem que lhe sucedeu no controle do tráfico no Jacarezinho, era acusado de ser violento em excesso e quando perdeu sua vida, alguns meses após ter estreado na nova posição, poucos estiveram em seu enterro e ninguém lhe rendeu homenagem (LEEDS, 1998). O que faz pensar, que para ser querido e adorado pela favela ao qual comandava, não bastava ser membro do Comando Vermelho, mas possuir uma série de características e valores encontrados, por exemplo, no Meio-Quilo, já em seu sucessor, não.

O jornal "O Estado de São Paulo", em edição publicada em 6 de setembro de 1987, mostra o resultado de uma ida ao Jacarezinho, onde foi entrevistado o presidente da associação dos moradores, Santinho, que exibe suas opiniões a respeito de Paulo Roberto, sua contribuição na favela e o motivo que faz do tráfico uma boa opção.

> Mais à frente, Nilson Vicente de Brito, o Santinho, presidente da Associação dos Moradores do Jacarezinho, diz que Meio-Quilo ajudava a "normalizar a comunidade", promovendo sopas coletivas, dando brinquedo para as crianças, pagando funerais e gás de cozinha, financiando receitas de remédios e até pagando operações cirúrgicas.
> 'Aqui, no entanto, não existe fábrica de cocaína nem plantação de maconha', diz Santinho. "Tudo vem de fora. É como se fosse a adutora do rio Guandu. Se eles fecharem lá em cima, acaba a água aqui em baixo. Se o governo fizesse um trabalho social e não combatesse a violência com violência, o banditismo aqui ;acabaria. "
> "O problema", continua Santinho, "é que quem semeia vento colhe tempestade. Se o Moreira Franco não fizer obras sociais aqui, vamos ter que continuar apelando para os traficantes" (O Estado de São Paulo, 1987).

Dessa vez, a fala é de um presidente da associação dos moradores, figura ao qual se imagina um esclarecimento político, o que se manifesta nas duras críticas ao qual ele tece sobre o governo, e a preocupação com o bem-estar da população. Na fala de Santinho, o que se pode encontrar é um reconhecimento da colaboração positiva, ao qual Paulo Roberto exercia ao custear materiais básicos de sobrevivência como remédio, sopas e gás de cozinha. São necessidades que demandam urgência, afinal, quem tem fome tem pressa, quem está precisando de medicamento ou cirurgia pode não ter tempo suficiente para aguardar. É mais

um exemplo prático a respeito das obras assistencialistas realizadas por traficantes, e parte do lucro obtido sendo investido na própria população.

O que mais se destaca em Santinho é a criticidade em sua fala e o entendimento de que o não investimento por parte do governo em obras sociais, coloca a favela quase numa relação de dependência com os traficantes, que são quem estão próximos e dispostos a fazer algo. É a ausência do Estado em suprir as necessidades sociais com políticas públicas efetivas que contribuem para a consolidação do crime organizado na favela.

2.2 Considerações sobre meio quilo.

Ao pesquisar a respeito da história de Paulo Roberto, o Meio-Quilo, o que primeiro chama atenção, foi seu improvável romance com a filha do Vice-Governador. Um amor entre classes antagônicas, vivido num presídio, capaz de render livros e filmes de romance, a filha do Vice-Governador com um líder de uma organização criminosa.

Entretanto, ao olhar com maior profundidade para a história de Paulo Roberto, nota-se que o que tem de mais espetacular não foi seu caso amoroso com Maria Paula, mas, sua relação íntima e recíproca com a favela e a população do Jacarezinho, que chorou sua morte e lamentou sua perda; mesmo após ele já estar fisicamente longe dela, por ter sido preso meses antes de sua morte.

Evitar a presença da polícia ostensiva era o objetivo; a intolerância ao crime no seio da favela e prestação de serviços úteis negligenciados pelo Estado foi a estratégia adotada. O respeito e o carinho da comunidade foi um subproduto obtido em consequência da estratégia aplicada.

Para compreender o que torna capaz bandidos serem queridos e adorados, como foi Paulo Roberto, deve-se abrir mão dos conceitos e estereótipos ao qual o senso comum tem a oferecer, e assim mergulhar mais intimamente nas micro relações mantidas entre eles e a comunidade que o idolatra. Antes de ser um criminoso, existe uma pessoa, que para alguns é chamado de irmão, parceiro, amigo, filho, amor, pai. No caso de Meio-Quilo, seu modo de administrar o tráfico e a relação com os moradores estava de acordo com estratégias e procedimentos que, preferiam uma boa relação e a cooperação com os locais em detrimento do embate e uma relação conflituosa.

A presença destas facções nos morros, apesar dos “trabalhos sociais” realizados, não podem ser vista exclusivamente como desencadeadora de coisas boas e melhorias para a favela em geral. A antropóloga brasileira Alba Zaluar (2007) trata a respeito das guerras por

disputa de território e ponto de venda de droga, que para os moradores são encarados como guerras intermináveis. Além do medo das balas perdidas, existem os jovens que compõem os grupos armados que defendem seu território e atacam outros grupos de jovens armados parecidos consigo, mas que defendem um morro rival, num confronto mortal pelo controle da área; jovens dispostos a matar e serem mortos.

Jovens estes que, por exemplo, tiveram experiência nas forças armadas e são "convidados" a instruir os menos experientes no manuseio de armas de fogo; alguns são chamados até para compor os "bondes" que invadem os inimigos. Sobre o dilema da aceitação ou recusa desse convite, a autora afirma que a tendência ao sim se deve não pela pressão, mas pelo sentimento de obrigação a colaborar com a quadrilha que controla a favela onde moram. Entretanto, eles sabem que dizer "não" pode acarretar em consequências negativas, como perder seu conceito e a consideração do "dono do morro", além de poderem ser expulsos da favela, ou serem mortos (ZALUAR, 2007).

Mesmo com toda a violência envolta do tráfico, seja no combate bélico, ou no setor de produção e distribuição da cocaína; a maioria dos envolvidos no tráfico enxerga nele uma das poucas alternativas disponíveis para a solução de seus problemas financeiros e possibilidade de ascensão social (LEEDS, 1998).

O Comando Vermelho é uma organização que tem valores humanitários em sua origem, que surge como um levante e como um movimento de resistência organizado, instruído e politizado, que encontra em William Lima, o Professor, uma mente extraordinariamente inteligente, questionadora, com consciência de classe e crítica contra as violências perpetradas contra a população carcerária.

Mas ainda que o interesse no sucesso com a venda de drogas seja o motivo impulsionador, como resultado, gerou-se uma relação de troca onde ambos se favoreceram: desde traficantes, moradores, comerciantes a líderes comunitários, ainda que não tenha sido o objetivo original. Embora muitas vezes o efeito colateral desse domínio resulte em prejuízos humanos aos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do banditismo relaciona-se com o contexto social, econômico e político do local onde o fenômeno se manifesta (HOBSBAWM, 1975). Por isso é pertinente analisar esse contexto para melhor compreender o que nos propusemos.

No cenário da ditadura militar, no campo artístico produções como "Seja marginal, seja herói" de Hélio Oiticica repercutem, pois simbolizam uma forma de revolta ao Estado autoritário; que pelo contexto concedem denotações políticas aos marginais e cangaceiros, que pelo filtro da realidade momentânea ganha novos sentidos, como o de insurgentes inconformados. O banditismo passa a ter conotações heroicas e romantizadas (SCHOLLHAMMER, 2007).

Ao trabalhar com o Comando Vermelho e com as fases as quais passou a organização – surgimento, fortificação, expansão, consolidação – é possível identificar em todas elas, sem exceção, uma contribuição direta ou indireta do Estado. Seja por sua ação que desencadeia uma reação, ou por sua negligência, que deixa aberto espaço para que o grupo se estabeleça.

Foi inevitável neste estudo tratar a respeito da interpretação – ao qual recebeu o nome neste trabalho de versão tradicional – que considera o surgimento do Comando Vermelho como uma consequência da influência dos presos políticos confinados na mesma galeria da Ilha Grande; tendo resultado deste, encontro a transmissão de técnicas de guerrilha por parte dos presos políticos aos presos comuns, que teriam aperfeiçoado seus roubos a banco e se organizado de uma forma inédita, fazendo surgir um novo fenômeno: o crime organizado.

Durante o processo foi possível contrapor a versão tradicional às novas interpretações, vindas, não de jornais ou chefes militares, mas de membros da academia em suas obras de mestrado, doutorado ou artigos científicos. Muito embora também, foi encontrado dentro deste campo científico, o da academia, quem reforçasse o surgimento do Comando Vermelho aos guerrilheiros confinados.

Entretanto, o presídio localizado na Ilha Grande não foi o único a comportar presos políticos e presos comuns com base na LSN de 1969. No presídio da Frei Caneca, também haviam guerrilheiros convivendo com presos comuns, mas se a estratégia dos "subversivos" era repassar técnicas de guerrilhas à massa carcerária (como afirma a versão

jornalístico-militar), porque não surgiu ali uma célula do Comando Vermelho aos moldes da Ilha Grande? Para esboçar alguma resposta deveria ser analisado o contexto específico daquele presídio e as relações ali estabelecidas, tarefa ao qual esta pesquisa não teve como objetivo, ainda assim, o não surgimento de uma organização semelhante ao C.V. na Frei Caneca apresenta-se como mais uma contradição na versão tradicional.

Ao final do exercício de opor versões e interpretar fontes, no caso, as falas do Professor, esta pesquisa conclui que a tarefa de dimensionar precisamente o nível de profundidade e originalidade das influências sofridas pelos presos comuns e o impacto de tais influências na estruturação do Comando Vermelho, é uma tarefa demasiadamente difícil. Pois não se pode negar a existência da influência, mas certamente ela não ocorreu da maneira como endossa Carlos Amorim. A influência que se pode observar e determinar que de fato existiu e contribui para o surgimento da organização, foi a exercida pela violência, a tortura, a desordem e o pânico que estavam estabelecidos na Ilha Grande e que afetava a massa carcerária. Tais atrocidades revelam a primeira contribuição do Estado: o descaso com os presos, que a sua maneira se rebelaram contra as violências sofridas e fortificaram seu coletivo em nome da sobrevivência. Com a união, acentuou-se a consciência coletiva e exponencialmente o grupo aumentou sua força e pretensão e, pôde concentrar energia e inteligência para sobreviver e fugir de forma articulada.

Em reforço a isso, o estatuto do Comando Vermelho diz:

> O Comando Vermelho nasceu na Ilha Grande. Tudo começou em uma luta. Nós lutamos contra a opressão, torturas, confinamentos, quadrilhas que assaltavam e estupravam seus próprios Irmãos e matavam por encomendas. E resolvemos os problemas internos. À mesma luta demos continuidade na rua, para chegarmos à Liberdade. E esta luta é sem trégua até a vitória final. (PORTO, 2007).

O Comando Vermelho conta sua própria história através da música, cultura popular, história oral, estatutos e posicionamentos; e essa história não é sobre como presos políticos lhes ensinaram sobre Karl Marx e roubo a banco, mas como reagiram homens confinados diante uma situação ao qual consideraram injusta e violenta. Carlos Amorim (1993) atribui a criação do Comando Vermelho às consequências do artigo 27 da LSN, ao dizer que caso o regime soubesse da consequência jamais o teria redigido. Utilizando do mesmo raciocínio do jornalista, este estudo afirma que, com ou sem presos políticos, caso o regime militar quisesse não ter contribuído para a criação do Comando Vermelho, jamais manteria um presídio violento, sem os recursos e estrutura necessária para a ressocialização, onde guardas praticavam a tortura contra os detentos; um local que possuía como apelido “O

Caldeirão do Diabo", e fosse conhecido, segundo William (1991) como um lugar "onde o filho chora e a mãe não vê", em razão das barbaridades ali praticadas que não chegaram ao conhecimento da população.

Novamente, foi o descaso por parte do Estado com todo o sistema prisional que fez dos demais presídios, solos férteis para as novas ideias do Comando Vermelho, quando seus membros começaram a ser espalhados pelos presídios afora. Da insurgência contra a violência, surgiu o Comando Vermelho, do descaso geral do sistema prisional ele se multiplicou.

Já numa nova fase, quando além de assumir o controle das celas passou a dominar também as favelas cariocas, novamente o Comando Vermelho encontra na negligência do Estado seu aliado para se consolidar. Distribuindo brinquedos e comida, promovendo segurança, pagando receitas médicas, fornecendo botijões de gás, construindo creches à população; embora no processo de tomada dos morros existissem inocentes mortos, ainda assim o Comando Vermelho obtinha o apoio das comunidades (MADEIRA, 2009). A organização se estabeleceu nos morros tendo os favelados como aliados, o efeito dessa política em uma favela específica, levou 3.000 pessoas no enterro do "Dono do Morro" que estava preso, sendo ele definido como líder, protetor e ídolo.

FONTES:

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho A História Secreta do Crime Organizado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993

AMORIM, Carlos. **CV_PCC - a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015

LIMA, William da S. **Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

AMEAÇA de invasão faz posto pedir reforço. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° out. 1987. p.12

CARIOCAS estão enojados com violência e burrice. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 15 nov. 1987. p.2.

MARGINAL enfrenta PM a tiro e faxineiro morre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° set. 1987. p.12.

"MEIO QUILO", o rei morto do Jacarezinho. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 6 out. 1987. p.18.

"MEIO QUILO" tem alta no HSA e morre 8 horas depois. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 1° set. 1987. p.4.

MORTE de "Meio Quilo" aumenta clima de tensão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° set. 1987. p.12.

O ESPÍRITO carioca. E bem a sério. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 6 out. 1987. p.18

PAIXÃO de Meio-Quilo não se rende. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1° out. 1987. p.4

REFERÊNCIAS:

.

ARAUJO, Thiago**. Bandido bom é bandido morto': O silencioso retorno dos esquadrões da morte no Brasil.** HUFFPOST, 2015**,** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/thiago-de-araujo/bandido-bom-e-bandido-morto-o-silencioso-retorno-dos-esquadro_a_21681771/> Consultado em: 25 de Julho de 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 898, de 29 de novembro de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm >. Acesso em: 10 nov. 2018.

CONSTANTYNE, John. **Jô Soares Onze e Meia (SBT) entrevistando Sivuca (Policial José Guilherme Godinho).** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IFrGH78In4o> Acesso em: 15 ago. 2018.

FARIA, Cátia **. "Dura Lex, sed Lex. A luta pelo reconhecimento dos presos políticos no Brasil.(1969-1979)".** Histórica (São Paulo. Online) , v. 33, p. 1/ARTIGO 5-10, 2008.

FARIA, Cátia. ***Revolucionários, Bandidos e Marginais*. Presos comuns e políticos sob a ditadura militar.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2005.

FARIAS, Juliana. **Da Asfixia: Reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas** EM: Machado da Silva, Luis Antônio (org) Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

GONÇALVES, R. A. . **As falas que extrapolam a periferia.** Contexto (UFES) , v. 19, p. 5, 2011.

GONÇALVES, R. A. . **Bandidos e Bandidos: os vários tempos da cidade**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro , v. 5, p. 141-160, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada.** São Paulo: Ática, 1987.

HOBSBAWM, E . J. **Bandidos.** Rio de Janeiro: Forense Umversitána ,1976.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e Poderes Paralelos na Periferia Urbana Brasileira: Ameaça à Democratização em Nível Local. ln: ZALUAR, A. e AIVITO, M. (Orgs.). **Um Século de Favelas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

LISPECTOR, Clarice. **Mineirinho.** 1962. Disponível em: <http://contobrasileiro.com.br/mineirinho-conto-de-clarice-lispector/> Acesso em: 18 ago. 2018.

MADEIRA, Felipe. **O crime organizado perante a lei penal brasileira e a Constituição Federal**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 71, dez 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D12559%26revista_caderno%3D28?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6794&revista_caderno=3>. Acesso em 18 ago. 2018.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro urbano**. São Paulo, 1969. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2018.

MARTINS, Roberto. **Segurança Nacional**. (Coleção Tudo é História: 23) São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENDES JR. Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. (Coleção Tudo é História: 23) São Paulo: Brasiliense, 1982.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do IUPERJ, 1999.

PORTO, Roberto. **Crime organizado e sistema prisional**. São Paulo: Atlas, 2007

Renan2008lostt. **Mc's Cidinho & Doca - Fundamento do comando vermelho ♪ AO VIVO NO JACARÉ**. 2009. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7SpqxpNwHeg >. Acesso em: 19 ago. 2018.

SANTOS, Hugo Freitas dos.. **O 'COLETIVO' COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL DOS CATIVOS.** GEOgraphia (UFF) , v. 17, p. 89-116, 2008.

SCHOLLHAMMER, K. E. . **Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea , v. 29, p. 27-57, 2007.

SIMAS, Fábio. **Adolescentes Ameaçados de Morte, Violência e Tráfico de drogas no Rio de Janeiro: Construindo pautas para os direitos humanos.**. 2009. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: **Tortura. BRASIL**. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à tortura (org.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 20 a 33.

TADDEO, Carlos Eduardo. **A guerra não declarada na visão de um favelado**. 1°ed. São Paulo, 2012.

ZALUAR, A. M. . **Da revolta ao Crime** S.A.. 3a.. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002. 128p .

ZALUAR, Alba . **Democracia Inacabada: o fracasso da Segurança Pública**. Estudos Avançados (USP. Impresso) , v. 21, p. 31-49, 2007.